

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

João Victor da Costa Viana

**A DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM RISCO :
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES HOMENS DA REDE MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE CAMPINAS SOBRE O PROJETO DE LEI Nº1174/2019- SP**

CAMPINAS
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

João Victor da Costa Viana

**A DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM RISCO :
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES HOMENS DA REDE MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE CAMPINAS SOBRE O PROJETO DE LEI Nº1174/2019- SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da
Profa. Dra. Maria Aparecida Guedes Monção.

CAMPINAS
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

V654d Viana, João Victor da Costa, 2000-
A docência masculina na Educação Infantil em risco : percepções de professores homens da rede municipal de educação de Campinas sobre o projeto de lei nº1174/2019-SP / João Victor da Costa Viana. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Maria Aparecida Guedes Monção.
Coorientador: Luciane Muniz Ribeiro Barbosa.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Docência. 2. Gênero. 3. Educação Infantil. I. Monção, Maria Aparecida Guedes, 1966-. II. Barbosa, Luciane Muniz Ribeiro. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. IV. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Male teaching in early childhood education at risk:: perceptions of male teachers from the municipal education network of Campinas about the bill nº1174/2019-SP

Palavras-chave em inglês:

Teaching

Gender

Early childhood education

Área de concentração: Pedagogia

Titulação: Licenciado em Pedagogia

Data de entrega do trabalho definitivo: 15-07-2022

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer as mulheres que fizeram com que eu conseguisse finalizar essa jornada.

Em primeiro lugar, a minha família: minha mãe, minhas irmãs Larissa e Ana Luíza, e vó Célia, que mesmo não mensurando a importância de eu ser o primeiro da família a conquistar um diploma em uma Universidade pública nunca deixaram de me apoiar.

As minhas amigas Bidi, Bruninha, Gabi, Mamé e a todas as outras que foram verdadeiros girassóis nos dias em que me sentia desanimado, sem a luz do sol para me guiar.

Aos meus companheiros de B-3 e B-2 na moradia, Gustavo, Mary e Bru, que dividiram diversos momentos que carrego no peito.

As professoras da Dedic, especialmente Rety, Samara, Adrielly, Gisele e Beth, que me mostravam a potencialidade de se trabalhar com afeto.

A Roberta, Alessandra, Carol, Mari Ruiz e Damaris, que durante minha passagem pela Fundação foram verdadeiras inspirações e que não deixam de ser professoras amorosas e comprometidas mesmo em estruturas tão rígidas. Especialmente à Kety e Mari Jordão, por terem aberto as portas de suas salas de aula para que pudéssemos trilhar juntas, em uma relação de companheirismo que também não deixava o amor e o comprometimento de lado. Não posso esquecer da Cláudia e da Rose, que mesmo em cargos de gestão continuam transparecendo tudo aquilo de bom que somos constituídas em nossa profissão. A Gabi também, que de colega se tornou uma amiga.

Durante minha passagem pelo Porto, também tive a oportunidade de conhecer duas professoras extraordinárias: Graça e Denise. As minhas amigas Mylena, Valéria e Camilla que trilharam o estágio ao meu lado, rindo de tudo o que era possível.

Quando estive na Curumim pude estar ao lado de professoras que trazem sentido ao ofício, personificando a garra e determinação -não de forma romântica e acrítica- do fazer-docente: Tihelen, Micheli, Isa Lara e Luana. Obrigada por terem me tornado mais professor.

A Lidi e a Marcela, professoras de Educação Física, por me mostrarem que movimentar o próprio corpo não precisa ser um processo marcado por dores e traumas.

A Lu, que quase foi minha orientadora e me recebeu de braços abertos desde nossa primeira conversa, sempre sendo muito carinhosa, por ter me ensinado tanto sobre o direito das crianças quando fui PAD em sua disciplina, e sobretudo por me apresentar a minha orientadora.

A minha orientadora Cidinha, que assim como as crianças, chamamos no diminutivo não para inferiorizá-las, mas para demonstrar nossa compreensão e carinho pelo que representam para nós. Eu poderia escrever apenas uma página dedicada a ela, mas vou ser sucinto - coisa que ela diz que não sou. Eu me senti extremamente acolhido desde nosso primeiro contato, e ousou dizer que ela é um dos principais motivos que não me fizeram desistir da graduação. Me mostrou que eu posso ser pedagogo, professor e pesquisador. Mesmo na pandemia, longe um do outro, ela era capaz de me abraçar e continuar me cativando, de não me deixar desistir. Serei eternamente grato não apenas por me orientar em diversos trabalhos acadêmicos, mas por me apresentar um João que nem mesmo eu conhecia.

Aos bebês e crianças que deixaram que eu compenetrasse suas vidas e que me mostravam diariamente que me aceitavam como professor delas, especialmente Pedro, João, Gabriel e Higor. Ah, que saudade!

Quero agradecer também aos professores que aceitaram compartilhar comigo suas experiências nesse ofício que nos une e que tornaram possível este trabalho.

E por fim, ao Serviço de Apoio ao Estudante da Unicamp por me conceder bolsa de Iniciação Científica, que sucedeu este trabalho e a todas as outras bolsas que permitiram que eu permanecesse.

*E quanto mais dor recebo
Mais percebo que sou INDESTRUTÍVEL*

Pabllo Vittar

RESUMO

Com base num discurso crítico sobre gênero (PISCITELLI, 2009) compreendemos que a definição de papéis sociais pelo sexo biológico pode ser nociva, sobretudo na Educação Infantil, onde professores homens representam minoria. Ao ocuparem um ofício majoritariamente feminino, estes profissionais têm que lidar com estranhamentos e preconceitos tão intensos ao ponto de se criar proposições que limitam a atuação docente, como o Projeto de Lei nº1174/2019-SP, de autoria da deputada Janaína Paschoal (PSL-SP), que prevê exclusividade a professoras mulheres nos cuidados íntimos de bebês e crianças pequenas no âmbito escolar. Dessa forma, nesta pesquisa buscamos compreender as percepções de alguns professores que atuam como professores de Educação Infantil no município de Campinas acerca do projeto, bem como as suas implicações negativas caso fosse aprovada. Para tanto, os sujeitos de pesquisa foram 3 professores que ainda estão em exercício, 1 que acabou abandonando a carreira docente e 1 auxiliar (cargo municipal de nível médio). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja análise sucedeu as entrevistas, com as contribuições teóricas da área de educação que versam sobre a docência masculina. Os principais estudos que respaldaram esta pesquisa foram encontrados em artigos publicados em periódicos da área de educação, bem como no Banco de Dissertações e Teses da Capes, destacando-se os seguintes estudos: Bello, Zanette, Felipe (2020); Cardoso (2004); Rabelo (2010); Ramos (2020); Saporoli (1997); Sarmento (2002); Sayão (2002); Silva (2014); Silva (2022); Sherer (2019); Vasconcellos, Pocahy (2013). O trabalho de profissionais homens nessa etapa da educação básica configura-se como fundamental na busca por alternativas às desigualdades de gênero e discursos sexistas, além de desvencilhar estigmas e preconceitos que permeiam o imaginário social em relação à figura masculina que *ousa* educar bebês e crianças pequenas. É um debate importante também porque permite vislumbrar uma escola da infância que eduque crianças que tenham compromisso pela diversidade.

Palavras-chave: Docência masculina; Gênero; Educação Infantil; Projeto de Lei nº1174/2019-SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- João, faz batuque na minha barriga!.....	14
Figura 2- Mães em protesto na sessão da Câmara de Vereadores de Araçatuba/SP.....	25
Figura 3- João, lê uma história pra gente?!.....	56

LISTA DE SIGLAS

AEPLAN- Assessoria de Economia e Planejamento da Unicamp

ALESP- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CEI- Centro de Educação Infantil

CF- Constituição Federal

COMVEST- Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp

COVID-19- O nome Covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados.

DCNEI- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DEM- Partido Democratas

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

EI- Educação Infantil

FE- Faculdade de Educação

FPEI- Fórum Paulista de Educação Infantil

HOME- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Homens, Masculinidades e Educação

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MS- Carreira de Magistério de Nível Superior da Unicamp

PC do B- Partido Comunista do Brasil

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PL- Partido Liberal

PL- Projeto de Lei

PNE- Plano Nacional de Educação

PSL- Partido Social Liberal

PSOL- Partido Socialismo e Liberdade

PV- Partido Verde

REPUBLICANOS- Partido Político

RCNEI- Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

SD- Partido Solidariedade

TCLE- Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Profissionais de Educação Infantil- Nível Médio.....	28
Quadro 2- Professores de Educação Infantil.....	28
Quadro 3- Características dos entrevistados.....	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS.....	16
2. GÊNERO E MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	20
2.1- Construções histórico-culturais.....	20
2.2- O Projeto de Lei nº1174/2019-SP: de quem, para quem e por que.....	24
3. QUEM SÃO OS PROFESSORES: APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	28
3.1- Mas cadê a professora?! Os desafios no exercício da docência masculina.....	34
3.1.1- A relação com as famílias.....	37
3.1.2- A relação com as colegas de trabalho.....	41
4. <i>O PERIGO SOU EU!</i> O QUE OS PROFESSORES ENTREVISTADOS TÊM A DIZER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1174/2019-SP.....	45
5. A DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ALTERNATIVA ÀS DESGUALDADES DE GÊNERO.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS.....	65

INTRODUÇÃO

*João, eu admiro muito você como professor apesar que você
já tá fazendo uma felicidade no meu coração então eu te
admiro como professor e essa profissão é pra homem e
mulher eu não mi importo! eu mi importo em você.*

H., 8 anos, novembro de 2021.

Ao recorrermos às nossas memórias escolares, nos deparamos com uma personagem emblemática de nossa formação: nossa primeira professora. A maioria de nós, que frequentou a Educação Infantil, quase que por unanimidade se recorda de uma mulher, que era encarregada de nosso ensino-aprendizagem e que nos acompanhava em nossas rotinas. Pode-se inferir que não seja mera coincidência.

Dado que a presença de professores homens¹ na Educação Infantil é muito pequena, essa pesquisa foi motivada pelo fato de eu ser um pedagogo em formação que enfrentou e enfrenta preconceitos nos espaços profissionais tidos como femininos, e que também sofre com a falta de representatividade nos espaços acadêmicos.

Como reflexo da constituição sexista e binária de nossa sociedade, o processo de feminização do magistério na Educação Infantil foi tão profundo e expressivo que fortaleceu uma ideia do senso comum de que a profissão é exclusivamente feminina. A presença significativa de mulheres na Educação Infantil é uma realidade que se inicia nos cursos de formação de professores, principalmente no curso de Pedagogia, onde as mulheres são maioria, seja como docentes, seja como estudantes.

Estatísticas da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (COMVEST) mostram que das 45 vagas oferecidas para o curso de Pedagogia no vestibular de 2018 (vestibular no qual ingressei), 40 foram ocupadas por mulheres - 88,9% das matrículas naquele ano. Quanto aos docentes, dados do Anuário Estatístico de 2020 da Unicamp –

¹ Bello, Zanette e Felipe (2020) se baseiam em Dal'Igna (2011) para utilizar o termo “homem-professor”, sendo possível utilizá-lo com respaldo dos estudos pós-estruturalistas de gênero, que oferecem aporte teórico para problematizar os termos utilizados para nomear sujeitos, e por se tratar de uma pesquisa, os autores adotaram o termo a fim de diferenciar o sujeito homem do sujeito profissional. Assim, achamos conveniente utilizar “professor homem” para nos referirmos aos sujeitos profissionais - os professores de educação infantil- em todo o decorrer do texto.

organizados pela Assessoria de Economia e Planejamento (AEPLAN)² – revelam que dos 82 docentes ativos da Faculdade de Educação no ano de 2020 na Carreira de Magistério de Nível Superior (MS), 51 eram mulheres.

Quando analisamos a presença feminina nos cargos de gestão e chefia da Unicamp, ela ainda se mostra modesta. Em seus 55 anos de existência, a universidade nunca teve uma reitora, delegando às mulheres os cargos de vice ou de pró-reitoras. À frente das diretorias de unidade e nas coordenações de cursos de graduação e pós-graduação não é diferente. Atualmente, na Faculdade de Educação, os cargos de diretor e diretor associado são ocupados por homens, tendo uma mulher apenas na coordenação do curso de Pedagogia. A posição feminina na hierarquia dos cargos da universidade é paradoxal, tendo em vista que as mulheres são maioria, evidenciando a visão machista presente na sociedade em que mulheres ganham menos do que os homens e acessam menos os cargos de chefia e gestão.

Em disciplinas teórico-metodológicas da Faculdade de Educação que tratam das especificidades infantis e que exigem formação em Pedagogia, como a *EP139- Pedagogia da Educação Infantil* e a *EP790- Políticas de Educação Infantil* habitualmente são ministradas por docentes do sexo feminino.

E os homens, que representam a minoria na Educação Infantil? Como se constituem os discursos sobre a docência masculina em uma profissão majoritariamente feminina e com pouca representatividade?

Como é escassa a presença de professores homens na Educação Infantil, é de se esperar que homens que estejam ocupando estes espaços tenham que lidar com o estranhamento e o estigma de estarem no lugar errado, no ofício errado:

No caso brasileiro, apesar de numericamente ser insignificante o número de professores do sexo masculino atuando nessas instituições, sua presença, dada às especificidades que o trabalho com as crianças pequenas suscita, é motivo de estranhamento por parte não só das mulheres profissionais, como também das famílias das crianças que frequentam estas instituições. (SAYÃO, 2002, p. 02)

Durante minha trajetória no curso de Pedagogia, sempre representei a minoria dos estudantes, onde em muitas aulas eu era o único homem na sala. Por mais que sentisse certa falta de representatividade no espaço formativo, e consequentemente no mercado de trabalho, acredito que isso não interferiu na minha escolha profissional, marcada por motivações

² UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Anuário Estatístico**. Assessoria de Economia e Planejamento. -- Campinas, SP, fev. (2005). Publicação anual. Ano base: 2020. e-ISSN: 2526-0367. ISSN impresso: 2526-0359. Publicação organizada pela AEPLAN/UNICAMP. Versão eletrônica disponível na Biblioteca Digital da UNICAMP.

individuais, entre elas estão a possibilidade de trabalhar em diferentes áreas da educação com crianças pequenas e, de certa forma, ser um agente que pode favorecer o desenvolvimento dessas crianças.

Minhas motivações vão ao encontro do que foi constatado na pesquisa de Rabelo (2010), que tinha como objetivo comparar a docência exercida por homens nas séries iniciais do ensino fundamental no Rio de Janeiro e em Aveiro/Portugal. A autora conclui que os fatores intrínsecos à profissão predominam, incluindo o fato de gostar de crianças e mudar o mundo. Acredito que a minha contribuição para mudar o mundo como educador perpassa por educar crianças mais afetuosas e que tenham o respeito à diversidade como princípios para a vida em comunidade.

A marca de gênero na profissão é tão expressiva que não se restringe ao Brasil. Segundo Sarmiento (2002), até o ano de 1974 era proibida a presença de professores homens em instituições de educação das infâncias em Portugal. O fim dessa proibição ocorreu quando o Estado português passou a desenvolver políticas públicas que consideram a educação das infâncias como parte do processo educativo e rompem com o caráter assistencialista, apontando semelhanças com o Estado brasileiro com a Constituição de 1988, que incorpora a Educação Infantil à educação básica.

Na medida em que se desenvolveram políticas públicas que ocasionaram reformas na legislação educacional, Cardoso (2004) afirma que a figura sobre um novo homem e diferentes formas de manifestação da masculinidade tem ganhado destaque em diversos setores sociais, como na academia e na mídia, favorecendo a inserção dos homens em espaços de educação das infâncias, fazendo com que a sociedade comece a ter outra visão sobre os homens, representando uma possibilidade importante em torno da docência de Educação Infantil: homens trabalhando em uma profissão reconhecida socialmente como feminina.

Contudo, ainda vivemos em uma sociedade sexista e machista, que ainda sofre com as tensões de gênero, que também estão presentes na Educação Infantil. Um exemplo de como essas estruturas afetam o cotidiano em creches e pré-escolas foi a apresentação do Projeto de Lei nº1174/2019-SP à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), de autoria da deputada Janaína Paschoal (PSL-SP), que prevê que os cuidados íntimos e de higiene dos bebês e crianças pequenas devem ser atribuições exclusivamente femininas.

A propositura evidencia que o baixo número de homens atuando em creches e pré-escolas traz sentimentos de ojeriza e preocupação em relação à figura masculina, que podem ser constatados corriqueiramente ao se adentrar as instituições de Educação Infantil, como em um episódio de preconceito que sofri em uma creche universitária na condição de

bolsista. A coordenadora do projeto “Apreendendo o mundo: criando vivências sensoriais para bebês” no qual eu desenvolvia atividades afirmou que “[...] talvez você não tenha perfil para atuar na Educação Infantil... Como te dizer isso...? É como ser mãe, só mulher sabe. Por isso estou te desligando do projeto.”

Esse episódio representou o ápice do estranhamento acerca da minha presença, sucedendo inúmeras situações desconfortáveis que eu percebia que ocorriam de forma velada, tanto por parte das professoras, tanto por parte dos pais/responsáveis.

Por parte das professoras sempre sentia que duvidavam do meu profissionalismo: por mais que me instigassem a participar dos momentos de higiene como trocar fraldas, dar banho, pentear os cabelos das crianças pareciam sempre me examinarem com os olhos para encontrar algum erro de conduta, além do episódio em que mencionei meu desligamento do projeto. Eu ingressei na creche junto com mais quatro bolsistas, e duas delas não eram da Pedagogia (entendo que o curso é o único que oferece aporte teórico para se compreender a importância das ações de cuidado na prática docente e aborda a Educação Infantil em suas diversas dimensões) e todas no começo do curso, em processo de formação. Será que eu realmente era o único que não havia me adequado ao trabalho? Do ponto de vista institucional, acredito que seja necessário ressaltar que não havia banheiro interno para funcionários do sexo masculino, onde eu era obrigado a utilizar o banheiro externo destinado a pais/responsáveis nos momentos de visita.

Os pais/responsáveis demonstravam certa compreensão e confiança, ao mesmo tempo em que franziam a testa e procuravam com os olhos pela professora quando percebiam que estava sozinho com as crianças no momento de entrada e saída e nos momentos de visita. Percebia olhares de julgamento que “iam dos meus pés até minha cabeça” por me portar de forma afeminada³, às vezes com as unhas pintadas, tiara nos cabelos ou usando blusa de estampa florida, diferindo do padrão de masculinidade presente em nossa sociedade. Assim, eu personificava uma figura duplamente “fora” do contexto da creche, um corpo dissidente (LOURO, 2018): um homem e homossexual, que em algum grau poderia influenciar a identidade das crianças, tendo a todo momento que comprovar que era hábil para trabalhar ali, além de simbolizar um risco à integridade das crianças, os “anjinhos”⁴, que é reflexo de

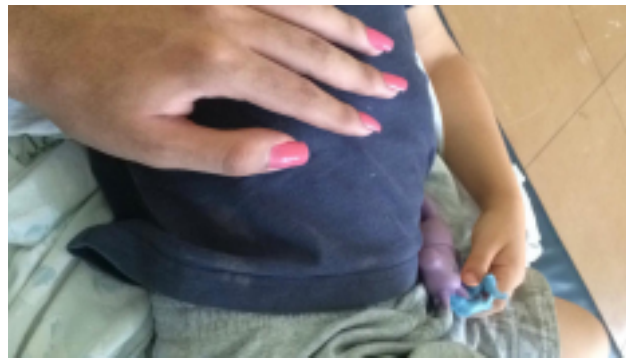
³ Embora o termo possa soar pejorativo, no processo de se identificar como homem homossexual fui ressignificando termos como esse, que em muitas vezes me foram desferidos com o propósito de inferiorização, depreciação. O *gay afeminado* é aquele que ostenta traços femininos, e para se sentir confortável com a sua efeminização, deverá aspirar a posições (sociais ou não) que sejam tradicionais à mulher, isto não se traduz somente na roupa, mas à ideia de que os seus simbolismos demonstram a personalidade do homem feminino e a sua colocação na sociedade (ANTUNES, 2011).

⁴ Vasconcellos e Pocahy (2013) se referem às crianças como anjinhos numa tentativa de retratá-las de forma pura, doce, inocente e frágil. Essa imagem angelical das crianças estaria ameaçada com um professor encarregado de garantir a segurança de seu *corpo* e de sua *alma*.

discursos sexistas e heteronormativos acerca da figura masculina:

Nas lentes da moral educacional contemporânea os homens se constituem enquanto um perigo a ser mapeado e, conseqüentemente, afastado. Perversos e sujos, ora considerados pedófilos em potencial, ora incentivadores da homossexualidade, eles se constituem em uma espécie de violadores da pureza infantil. (VASCONCELOS; POCAHY, 2013, p.144).

Figura 1- *João, faz batuke na minha barriga pra eu dormir? - Hora da soneca na creche.*



Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.

Mensurando as implicações nas práticas pedagógicas de homens que atuam na Educação Infantil, o objetivo deste estudo foi compreender as percepções que professores homens que atuam na rede municipal de Campinas tem acerca do PL 1174/2019-SP. A metodologia empregada, de perspectiva qualitativa, consistiu em primeiro momento num estudo bibliográfico. A revisão de literatura teve como foco as diferentes produções que versam sobre a docência masculina na Educação Infantil publicadas em periódicos científicos disponíveis no Scielo, e sobretudo no banco de dissertações e teses da Capes, as quais realizamos a leitura e fichamento.

Realizamos também um levantamento de reportagens jornalísticas que tem como escopo notícias da repercussão negativa que a presença de profissionais do sexo masculino traz à comunidade escolar, especialmente para pais e responsáveis de bebês e crianças que frequentam a creche (Folha de S.Paulo, 2015; Hojemaia Araçatuba, 2019; R7, 2019). As reportagens foram encontradas em uma busca simples no Google, representando os principais resultados, sobretudo à época em que o PL foi apresentado.

A partir da análise dos estudos e reportagens selecionados, efetuamos um exame detalhado do Projeto de Lei nº1174/2019-SP tendo a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) como parâmetros para evidenciar as discrepâncias entre o projeto em tela e a legislação educacional vigente.

Posteriormente, com as referências bibliográficas já estabelecidas e analisadas, realizamos uma coleta de dados que foi efetivada por meio de entrevistas com roteiro semi-estruturado. Os participantes foram 4 professores e 1 auxiliar de Educação Infantil que atuam com bebês e crianças pequenas na rede municipal de Campinas. Buscando respeitar os princípios éticos da pesquisa científica em educação, o estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Ciências Humanas e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando-lhes a privacidade e sigilo aos seus dados. É importante ressaltar que devido a pandemia de COVID-19, optou-se em realizar as entrevistas de forma remota, não sendo possível a observação do lócus também.

Com os dados obtidos, analisamos os depoimentos dos participantes com as contribuições teóricas da área de educação que versam sobre a docência masculina, bem como nos respaldando nos estudos de gênero (PISCITELLI, 2009).

Vale ressaltar que esta pesquisa figura como uma das primeiras que discute os efeitos nocivos da propositura não só para a prática pedagógica de professores homens, mas também para a relação estreita que é construída com os demais atores da Educação Infantil, visto que no levantamento bibliográfico realizado sobre pesquisas que versam sobre o PL, apenas Bello, Zanette e Felipe (2020) se debruçam sobre o tema, afirmando que “Nosso objetivo aqui não é problematizar a proposta da legisladora, mas pensar o que torna possível tal propositura” (p. 559).

A monografia está organizada em cinco capítulos. No primeiro, apresento um panorama sobre a organização da Educação Infantil no Brasil, a partir de uma contextualização histórica e política.

No segundo, analiso como o conceito de gênero e a Educação Infantil foram construídas ao longo do tempo e que podem ter raízes históricas semelhantes, além de trazer o que dispõe o Projeto de Lei nº1174/2019-SP, bem como as personagens e situações políticas que propiciaram a sua criação.

No terceiro, apresento os professores no que diz respeito às suas características como faixa etária, sexo, cor/raça (classificação do IBGE) e orientação sexual, além de retratar a trajetória profissional dos profissionais na Educação Infantil, como formação acadêmica e ingresso no campo de atuação. Discorro o percurso teórico-metodológico e apresento os dados coletados com as entrevistas. Com seus relatos, os homens expressam também suas vivências em um ofício majoritariamente feminino e suas relações com a comunidade escolar: as outras profissionais, pais e responsáveis dos bebês e crianças.

No quarto, é possível explicitar os sentimentos e opiniões dos profissionais acerca do Projeto de Lei nº 1174/2019. Trago algumas contribuições teóricas para a discussão também.

No quinto, discuto as potencialidades do exercício da docência masculina para mitigar as desigualdades de gênero.

Nas Considerações Finais apresento as principais reflexões em torno do que foi apreendido ao longo do estudo. Além disso, discuto sobre uma carreira na Educação Infantil que possibilite vislumbrar uma educação de qualidade, que supere, ou ao menos mitigue as desigualdades de gênero. Todos estes apontamentos e considerações estarão presentes ao longo da pesquisa.

1. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO E OBJETIVOS

Em seus pouco mais de 500 anos de história, o Brasil só reconheceu a criança como sujeito de direitos a apenas 34 anos, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, prevendo que o maior de seus direitos é a educação, com uma formação que respeite suas singularidades. Em seu artigo 6º, a Constituição assegura, entre outras coisas, a educação e a proteção da infância. Já o artigo 205 explicita que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Assim como esta criança, que teve seu reconhecimento como cidadã de forma tardia, a etapa da educação básica que a atende também teve respaldo institucional a pouco tempo. A Educação Infantil, que compreende a educação de bebês e crianças de 0 a 6 anos incompletos, é incorporada pela primeira vez à educação básica com a promulgação da CF em 1988, legitimando a criança como um ser ativo da sociedade, como é estabelecido no artigo 208: “De forma geral, a nova Constituição amplia consideravelmente essas definições legais, tornando-se um marco na história da construção social desse novo sujeito de direitos, a criança pequena” (CAMPOS, 1999, p. 124).

Mas o que levou o Estado brasileiro a dar atenção especial para as demandas dos bebês e das crianças?

A promulgação de leis que impactam os primeiros anos de vida humana se deu a partir da luta das mulheres pela emancipação e conquista do direito de atuar na esfera pública e não somente na esfera doméstica do lar, e para isso o Estado deveria assumir a responsabilidade de compartilhar a educação das crianças pequenas junto às suas famílias. A

luta das mulheres no Brasil aconteceu em meio a um cenário mundial de protagonismo dos ideais e reivindicações feministas, como assinala Maria Amélia de Almeida Teles (2015, p. 24-25):

Foi sob este clima mundial de libertação das mulheres que as feministas brasileiras trouxeram para o cenário político questões da vida no cotidiano. Dentre elas apareceu a bandeira da creche, que levantou intensos debates junto ao poder público e à sociedade em geral. Havia uma forte opinião de que creches era uma política de países socialistas e, portanto, deveria o assunto ser considerado totalmente inadequado para ser pautado num país como o Brasil. Ora a creche era vista como coisa do socialismo, ora como um ato de caridade para com as mães pobres e suas crianças. As feministas colocaram a creche no campo dos direitos das crianças pequenas. Assim, a creche e mais do que isso as crianças começam a ganhar status de política pública. As crianças começam a ser consideradas como cidadãs em desenvolvimento. As feministas exigiam creche como espaço de socialização de crianças e isso implica em adquirir qualidade profissional e condições adequadas para todos os atores envolvidos: crianças, mães, pais e profissionais.

Com o respaldo constitucional, urge a necessidade de se criar um estatuto de leis específicas para a faixa etária, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (Art. 29).

O atendimento de bebês e crianças pequenas estar presente em lei foi ponto crucial para romper o atendimento assistencialista, que durante todos os anos que precederam as lutas pela conquista da Educação Infantil foi a única política pública (ou falta dela) para que as crianças estivessem assistidas e acolhidas na ausência de suas mães. Como assinala Moisés Kuhlmann Jr (2000, p.14):

A defesa do caráter educacional das creches foi uma das principais bandeiras do movimento de luta por creches e dos profissionais dessas instituições, que promoviam encontros para discutir suas condições de trabalho e se organizavam em entidades como a Associação dos Servidores da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social, na cidade de São Paulo (ASSFABES). O vínculo das creches aos órgãos de serviço social fazia reviver a polêmica entre educação e assistência, que percorre a história das instituições de educação infantil. Nesta polaridade, educacional ou pedagógico são vistos como intrinsecamente positivos, por oposição ao assistencial, negativo e incompatível com os primeiros. Isto acaba por embaralhar a compreensão dos processos educacionais da pedagogia da submissão, que ocorre em instituições que segregam a pobreza. Daí a proposição de que as instituições de educação infantil precisariam transitar de um direito da família ou da mãe para se tornarem um direito da criança.

Como se esses dois direitos fossem incompatíveis, como se as instituições educacionais fossem um direito natural e não fruto de uma construção social e histórica. (grifo meu)

Um dos avanços na compreensão de que o caráter assistencialista da Educação Infantil deve ser superado ocorre em 2005, quando o Ministério da Educação (MEC) define a nova Política Nacional de Educação Infantil que indica os objetivos, diretrizes, metas e estratégias da etapa: “A educação infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre o cuidado e educação” e, dentre seus objetivos, está o de “Assegurar a qualidade de atendimento em instituições de educação infantil” (pp. 17-19). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) reforçam tais pressupostos ao definirem a Educação Infantil como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que **educam e cuidam** de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (grifo meu)

Quanto a proposta pedagógica que é parte essencial do cotidiano nas instituições de Educação Infantil, as DCNEIs concebem que

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p.18).

Na mesma perspectiva, Luciana Ostetto (2000, p.175) afirma que

O pedagógico, então, não está relacionado somente àquelas atividades coordenadas ou dirigidas pelo educador, realizadas geralmente na mesa, com todas as crianças, envolvendo materiais específicos - em regra papel, lápis, caneta... -, e que resultam num produto “observável.” O pedagógico também envolve o que se passa nas trocas afetivas, em todos os momentos do cotidiano com as crianças; perpassa todas as ações: limpar, lavar, trocar, alimentar, dormir. De que forma são realizadas essas ações? Isso conta muito na definição do que é pedagógico. Enfim, o pedagógico envolve cuidado e educação, os tais objetivos colocados hoje, claramente para a educação infantil.

Ostetto (2000) traz para discussão a importância do educador e da educadora no fazer pedagógico da Educação Infantil, que não se restringe e não devem ser centrados apenas às suas ações, o que requer profissionais capacitados que possuam formação e as habilidades necessárias para lidar com as especificidades da faixa etária, que na maioria das vezes terá

seu primeiro contato com a educação formal. Dessa forma, como a legislação versa sobre os profissionais da educação?

A LDB, em seu artigo 61, define como profissionais da educação básica:

- I – professores habilitados em nível médio ou superior para a **docência na educação infantil** e nos ensinos fundamental e médio;
 - II – trabalhadores em educação **portadores de diploma de pedagogia**, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
 - III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.
 - IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;
 - V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.
- Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:
- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
 - II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
 - III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (grifos meus)

Ao se analisar o que dispõe a LDB, percebe-se que a lei não apresenta marcadores sociais como os de gênero, etnia ou classe social para definir os profissionais que estão habilitados para atuar na educação básica, mais especificamente na Educação Infantil. Mas será que a realidade nas instituições de Educação Infantil está em consonância com a lei?

Os dados mais recentes do Censo Escolar, de 2017, mostram que as mulheres representam maioria absoluta no exercício do magistério na educação básica, representando 81% do quadro docente brasileiro. A porcentagem aumenta de acordo com a faixa etária em que trabalham; quanto menores são os estudantes, há uma maior participação feminina: Educação Infantil 96,6; Ensino Fundamental: anos iniciais 88,9%; anos finais 68,9%; Ensino Médio 59,6%. Por mais que algumas autoras defendam que está em curso um processo de “desfeminização do magistério” (SCHERER, 2019) é importante analisarmos os dados que nos são apresentados no Censo de 2017. Como se deu o processo de feminização docente? Há uma condição de gênero para a atuação docente? Por que as mulheres são maioria na Educação Infantil?

2- GÊNERO E MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como reflexo da constituição sexista e binária de nossa sociedade, o processo de feminização do magistério da Educação Infantil foi tão profundo e expressivo que faz com que se crie um senso comum de que a profissão é exclusivamente feminina.

Para tentar compreender as razões pelas quais a docência masculina na Educação Infantil seja um ofício ocupado majoritariamente por mulheres, analisamos o conceito de gênero como um constructo histórico-cultural, que se baseia em uma leitura crítica da formação de nossa sociedade, moldada a partir do sexo biológico e que define papéis sociais para homens e mulheres.

2.1- Construções histórico-culturais

Piscitelli (2009) evidencia a nocividade da divisão binária, principalmente no que diz respeito à dominação masculina:

Quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, essas desigualdades também são “naturalizadas”. O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para demonstrar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. (p. 119)

As desigualdades entre homens e mulheres impactaram o mundo do trabalho, onde as mulheres foram ocupando cargos relacionados ao cuidado e educação, com prestígio e remuneração inferiores em relação àqueles ocupados por homens, por se acreditar que eram as melhores designadas para tais funções, sob um discurso do amor maternal. Badinter (1980) afirma que o amor maternal é um mito construído através de interesses econômicos e sociais, ao passo em que a maternidade deixou de cumprir apenas uma função biológica (conceber e gerar filhos) e passou a cumprir uma função social.

Com a transformação das funções acerca da maternidade, a mulher adquiriu a responsabilidade de cuidar da prole e do lar, tornando-se a personagem central das famílias, tendo que manifestar condutas e comportamentos da “boa natureza” de uma mãe.

À vista disso, por muito tempo as mulheres atuaram apenas na esfera doméstica e de forma gratuita, até que com as novas exigências do mundo capitalista industrializado, houve uma necessidade de reorganizar as profissões hierarquicamente, impulsionando a inserção

das mulheres para também atuarem na esfera pública. Alguns fatores como o desenvolvimento de profissões relacionadas ao cuidado, a cada vez maior inserção e remuneração das mulheres no mercado de trabalho, assim como os fluxos migratórios em um cenário de globalização crescente provocaram não apenas uma nova divisão do trabalho, mas também reconfiguraram o trabalho de cuidado (HIRATA, 2016).

Na medida em que a mulher pode trabalhar fora do âmbito doméstico, surge a demanda de uma educação sob tutela do Estado brasileiro, que permitisse às mulheres/mães espaços adequados para deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Para preencher tais cargos, apelou-se às mulheres, pois cuidando de bebês e crianças pequenas as mulheres continuariam desempenhando atividades que se acreditavam ser inatas a sua condição feminina e recebendo remunerações menores do que as dos homens (NOGUEIRA, 2004):

O mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas a suas capacidades inatas. (p.18)

A divisão sexual do trabalho afetou de forma expressiva o magistério que em sua tese de doutorado, Mariano (2016, p. 59), frisa que a colocação da mulher no mercado de trabalho como professora se deu de forma controversa, visto que a docência se comparava ao casamento, anulando o caráter profissional do ofício, pois não haviam motivos para se exigir salários dignos na escola por uma atividade “maternal” que é exercida no cotidiano do lar, promovendo uma “escolarização do doméstico”.

Ainda segundo Saporoli (1997), é preciso levar em consideração que o trabalho docente na Educação Infantil, diferente das outras etapas de ensino, já nasce feminino, posto que historicamente são as mulheres que se incumbem da educação e cuidado das crianças.

Assim, o conceito de gênero e o magistério na Educação Infantil são construções histórico-culturais que se confundem no decorrer de suas constituições, que sofreram a interferência de fatores políticos, sociais, econômicos, educacionais, e sobretudo da predominância da perspectiva masculina que historicamente exerce dominação sob as mulheres e suas vidas. Atuando na esfera pública, as mulheres não perderam as funções de cuidadora do lar e da família estabelecidas pelo patriarcado, o que traz reflexos até os dias de hoje.

Tendo como sujeitos de sua pesquisa nove professores homens da rede municipal de Belo Horizonte/MG, Cardoso (2004) salienta que em quase todas as entrevistas que realizou os homens se mostram superiores às mulheres, sempre em posição de vantagem, demonstrando dificuldade em desenvolver trabalhos mais coletivos.

Ainda ao serem entrevistados, quase todos os professores homens afirmam que não identificam o magistério como uma profissão feminina, mas se contradizem e são machistas ao relatar que se negam a pedir ajuda para as colegas mulheres, pois isso representaria ser incompetente e inseguro, além de menosprezar o profissionalismo delas por também atuarem no âmbito doméstico. Cardoso (2004) traz alguns desses relatos:

Não sou muito de pedir ajuda. Mas várias vezes eu conversei com muita gente a respeito sim, querendo saber como é que era, como é que funcionava... Eu olhava muito o pessoal fazendo. Pedi muita ajuda, não no sentido de fazer assim: ‘Me ajuda a fazer isso daqui porque eu não sei!’ Mas falar: ‘Como é que vocês fazem isso daqui?’. Aí nisso eu conversava muito com as pessoas. **Mas eu aprendi observando.** (grifo nosso) (p.6)

O professor Carlos diz que: as mulheres são mais sentimentais, mais detalhistas. Têm uma carga maior de sentimento em tudo. **O homem, não. Eu, por exemplo, sou mais prático. Elas não.** Elas choram, choram muito. Externizam muito o sentimento: quando estão com raiva, xingam e brigam. Elas são detalhistas mesmo [...] puxam uma carga emocional muito grande. (grifo nosso) (p.7)

Trabalhar com mulheres é a coisa mais difícil na minha vida. Nunca passei por algo tão difícil. Elas guardam raiva, elas guardam rancor. Esse ódio não existe, pelo menos nos lugares onde eu trabalhei com homens, [...] É algo horroroso! É horrorosa a relação delas entre si. É o menos profissional possível. A relação é totalmente afetiva, emocional. Cento e um por cento afetiva e emocional. (grifo nosso) (p.8)

Nunca fui um professor com visão paternalista. Sempre procurei trabalhar com os meus alunos a seguinte relação: eu sou um profissional, gosto deles como profissional, como professor, mas não sou pai, não sou tio, mesmo que alguns tentassem me chamar disso. Principalmente os mais novinhos. E nunca permiti essa relação. Sempre me fiz ver como professor. (p.11)

Com os depoimentos, é possível constatar que os homens reproduzem desigualdades de gênero quando atuam em creches e pré-escolas, sempre delimitando “coisas de homem” e “coisas de mulher”, sempre se referindo a elas como figuras que demonstram sentimentos de forma exagerada, fruto de uma visão deturpada e enraizada sobre a mulher, refletindo em seus relacionamentos com toda a sociedade. Ao assumirem esses posicionamentos errôneos, exercem um estigma sobre o gênero oposto, parecendo esquecer que sofrem com o mesmo estigma por estarem em uma profissão tida como feminina. Cardoso (2004) concluiu que por

mais que o magistério na Educação Infantil seja associado exclusivamente às mulheres, há mais oportunidades aos homens para que abandonem a sala de aula para ocuparem cargos de administração e chefia, como a gestão escolar, o que reforça relações de gênero desiguais em que os homens gozam de privilégios e usufruem de cargos mais próximos a um padrão social de masculinidade.

Vasconcellos e Pocahy (2013) afirmam como a presença ou o ‘retorno’ dos homens a Educação Infantil ainda é compreendida:

Assim, o fenômeno do retorno dos homens à educação de crianças, agora no cenário construído pelos atuais discursos sobre a sexualidade que se articulam como produtores de certa verdade, é visto com desconfiança, atribuindo a este tem certos desvios. Como um lobo mal à solta!

Seria possível um projeto de lei intensificar e legitimar as relações desiguais entre homens e mulheres, sobretudo no interior das instituições de Educação Infantil? Tais reflexões serão apresentadas na próxima seção.

2.2- O Projeto de Lei nº1174/2019-SP: de quem, para quem e por que

No senso comum da sociedade ocidental, ver os homens ocupando massivamente os cargos de chefia e poder ainda é considerado normal, como também achar normal apenas uma manifestação de masculinidade que exalta tanto os atributos sexuais masculinos a ponto de se ter uma visão de homem viril, um “predador natural”. Esta imagem permeia todos os espaços da sociedade, inclusive na Educação Infantil, onde o homem que ousa fazer parte da educação de bebês e crianças pequenas contraria convenções sociais sobre o papel que se espera que os homens desempenhem, trazendo consigo sentimentos de aversão e debates polêmicos. “Poderiam estes homens, dadas as suas características, ser entendidos como monstros? A figura do monstro deriva da constituição de um ser que possui elementos humanos e animais. O monstro causa repulsa, espanto, desejo de distanciamento. Medo, sobretudo medo” (BELLO, ZANETTE, FELIPE, 2020, p. 560).

Reportagens jornalísticas evidenciam que esses sentimentos estão presentes na comunidade escolar em que homens atuam como professores, como no caso em que mães e familiares organizaram protestos em frente à Câmara de Vereadores de Barretos/SP. Segundo Gabriela Yamada (Folha de S. Paulo, 2015), o movimento era contrário a uma decisão da prefeitura de substituir parte dos professores por cuidadores e auxiliares a partir da aprovação em concurso público de nível médio. Embora as mães e familiares tenham apresentado preocupação com a formação dos profissionais – que não possuíam graduação em nível superior – e de certa maneira demonstrando uma superação do caráter assistencialista da Educação Infantil, se sentiram intimidadas por notarem que na lista dos aprovados constavam nomes masculinos.

O mesmo aconteceu no município de Araçatuba/SP. De acordo com Aline Galcino (2019), jornalista de um jornal local do município, o Hojemais Araçatuba, o primeiro protesto aconteceu em 07/10/2019, momento em que as mães queriam reverter a aprovação da Lei Municipal nº 7973, de 12 de setembro de 2017 (e Lei complementar nº 260, de 03 de outubro de 2017) que cria e dispõe sobre o cargo de agente escolar que exigia formação mínima em Ensino Médio, sem distinção de gênero.

Tal como em Barretos, as mães araçatubenses alegaram não se sentir confortáveis em saber que um profissional homem poderia desempenhar atividades de higiene íntima de seus filhos.

Figura 2- Mães em protesto na sessão da Câmara de Vereadores de Araçatuba/SP.



Fonte: Jornal Hojemais Araçatuba, out. de 2019.

Segundo Galcino (2019), o protesto tomou proporções negativas, impulsionando uma situação lamentável e repudiável: algumas mães, expressando hostilidade e certa ignorância acerca dos profissionais homens e suas atribuições, destilaram ameaças a diretora de uma creche, acreditando que a profissional poderia impedir que os profissionais do sexo masculino participassem dos momentos de higiene das crianças.

Ainda de acordo com Galcino (2019), motivado pelos protestos e pelas ameaças destinadas à professora Leila (diretora), a atuação de homens nas instituições de Educação Infantil de Araçatuba foi debatida pelos vereadores no dia 15/10/2019. Foi apresentado um requerimento pelo então vereador Lucas Zanatta (PV), que previa adequar as atribuições dos profissionais, alegando que de um total de 26 atividades, apenas 5 envolvem funções de cuidado, ligadas “à polêmica”. O vereador também defendeu que os pais que não são favoráveis a participação de profissionais homens em tais atividades não podiam ser chamados de preconceituosos. Outros vereadores – homens – que ocupavam espaços de poder e que deveriam legislar sobre o bem comum da sociedade e viabilizar políticas públicas para a equidade de gênero, usaram argumentos de cunho pessoal, emocional e patriarcal, corroborando a ideia de que os homens não são capazes e não devem exercer funções de cuidado:

Antônio Edwaldo Dunga Costa (DEM), Carlos Roberto Santana, o Carlinhos do Terceiro (SD) e Gilberto Carlos Mantovani (PL) disseram que jamais deixariam suas filhas ou netas serem cuidadas por homens.

[...]

“É inadmissível crianças menores sendo banhadas por homens”, disse Dunga falando em inversão de valores.

[...]

Carlinhos do Terceiro, que trabalha na Polícia Civil, lembrou que todos os

dias o IML (Instituto Médico Legal) recebe crianças que foram abusadas. “Se temos uma situação que é de prevenir, para que não aconteça, por que não fazer? (...) Eu tenho seis netas e duas filhas e particularmente não gostaria de ver um homem dando banho ou trocando fraldas delas (...) tenho orgulho de dizer que sou avô e pai, mas eu nunca dei banho nas minhas filhas e nas minhas netas. E não faço e nem coloco no colo.” (GALCINO, Jornal Hojemaís Araçatuba, 2019)

Atenta aos protestos, a deputada estadual Janaína Paschoal (PSL-SP) solicitou que os vereadores de Araçatuba avaliassem a demanda das mães e familiares e que editassem a lei que dispõe sobre o cargo de educador (Lei Municipal nº 7973/2017).

À época, a Secretaria de Educação do município participou da Comissão de Educação da Câmara Municipal e apresentou argumentos favoráveis para que os homens permanecessem nos cargos em que foram admitidos, alegando que não cabia a atual gestão regulamentar um cargo do plano de carreira de Araçatuba, e por mais que os profissionais possuíssem formação em nível médio sempre trabalhavam sob a liderança de pessoas com graduação em Pedagogia. Com a finalização do debate não foi feita nenhuma alteração na lei.

Foi assim que no dia 24/10/2019 a deputada Janaína Paschoal apresentou o projeto de lei nº1174/2019 à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). A proposta prevê que cuidados íntimos e de higiene de bebês e crianças pequenas, como trocar fraldas e acompanhá-las ao banheiro seja uma atribuição competida unicamente a profissionais do sexo feminino. Para reforçar que estaria lançando mão na defesa das crianças e responsáveis, Paschoal afirmou que a preocupação não era restrita ao município de Araçatuba, havendo a necessidade de “[...] elaborar uma lei para garantir a tranquilidade desejada por toda família que deixa sua criança em uma instituição de ensino, pública ou privada” (GALCINO, Jornal Hojemaís Araçatuba, 2019).

O projeto conta ainda com a participação de Letícia Aguiar e Valéria Bolsonaro, que também são do Partido Social Liberal.

Uma proposição de objetivo semelhante foi apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará, o projeto de lei nº 620/2019, que também prevê a exclusividade feminina nas atividades que envolvam cuidado na Educação Infantil.

Ainda, é possível encontrar no rol de projetos da Câmara Municipal de Manaus. A proposta do vereador Diego Afonso (PDT-AM) quer proibir profissionais homens de dar banho em creches mantidas pela prefeitura de Manaus (PL nº375/2019). A proposta foi veiculada pelo site intitulado “Janaína do Brasil”⁵, que é mantido pela deputada Janaína

⁵

Disponível em: <https://www.janainadobrasil.com.br/vereador-quer-proibir-homens-de-dar-banho-nas-criancas-em-creches-de-manaus/> Acesso em 26 jun. 2022.

Paschoal, trazendo notícias e propagandas de sua vida política. Segundo a publicação, não há registros de profissionais homens que atuam nas instituições de Educação Infantil de Manaus, o que fez com que o parlamentar autor da proposta alegasse que se trata de um “projeto preventivo”, e que a proposta foi inspirada pelo PL 1174/2019-SP. Consta ainda na publicação que o projeto foi aprovado na casa legislativa em 2 de novembro de 2019 e que seguiria para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ao percorrer as publicações do site de Paschoal, foi possível encontrar propostas que querem aumentar a aplicabilidade do PL 1174/2019-SP, não se restringindo ao âmbito das instituições de Educação Infantil. Trata-se de uma emenda ao PL nº 6/2020⁶ - Intitulado “Programa Creche em Casa”, que é uma tentativa de regulamentar o trabalho de mães-crecheiras⁷ em regiões em que há falta de vagas em creches. A emenda assinada por Paschoal versa sobre as mesmas prerrogativas presentes no PL 1174/2019-SP, uma vez que “[...] visa garantir que as cuidadoras atestem que, no período em que cuidarão das crianças, parentes do sexo masculino não estarão em casa.”

Consta ainda no site⁸ um debate realizado no programa 90 minutos, do Grupo Bandeirantes, entre a deputada Janaína Paschoal e o então coordenador do Fórum Paulista de Educação (FPEI), professor Ivan Ferreira. O debate aconteceu em outubro de 2019, mesmo mês em que o PL foi apresentado à ALESP.⁹

Pensando nisso, na próxima seção estão presentes as impressões que professores homens que atuam na rede municipal de Campinas têm acerca do projeto de lei. Como tais proposições afetariam a prática destes professores, caso fossem aprovadas?

⁶ Disponível em: <<https://www.janainadobrasil.com.br/emenda-no-1-ao-projeto-de-lei-no-6-de-2020/>> Acesso em 26 jun. 2022.

⁷ Modalidade informal de cuidado e educação de bebês e crianças pequenas, desempenhada por mulheres em seus próprios domicílios. É uma alternativa que muitas mulheres pobres e trabalhadoras recorrem pela falta de vaga em creches formais, se situando no campo da assistência. Também propicia a exploração da mão-de-obra feminina, que na maioria das vezes não tem formação, e por conseguinte tem pouca remuneração, além de eximir o profissionalismo do cuidar e educar. ROSSETTI-FERREIRA; RAMON; SILVA, 2002.

⁸ Disponível em: <<https://www.janainadobrasil.com.br/entrevista-com-a-deputada-estadual-janaina-paschoal-e-com-o-professor-ivan-ferreira-coordenador-do-forum-paulista-de-educacao-infantil/>> Acesso em 26 jun. 2022.

⁹ Para consultar a transcrição na íntegra, consultar o Anexo I.

3. QUEM SÃO OS PROFESSORES: APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA

Como depreendeu-se, os homens são minoria no exercício do magistério no cenário nacional. Ao delimitarmos a análise a nível municipal, percebeu-se que a presença de professores homens atuando em creches e pré-escolas é ainda menor, como no caso do município de Campinas. De acordo com Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação¹⁰, estes eram os números do quadro docente da rede no ano de 2021 dividido entre sexo masculino (M) e feminino (F):

Quadro 1- Profissionais de Educação Infantil- Nível Médio

Auxiliar- Cargo	M	F	Quantidade
Monitor Infante-Juvenil	16	461	477
Agente de Educação Infantil	54	1002	1056
Total	70	1463	1533

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, 2021.

Quadro 2- Professores de Educação Infantil

Professor- Cargo	M	F	Quantidade
Professor PEB I	25	920	945
Professor Substituto	0	76	76
Professor Adjunto I	2	143	145
Total	27	1139	1166

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, 2021.

Os números de profissionais que atuam na Educação Infantil de Campinas divididos por gênero se apresentam de formas muito discrepantes: de um total de 1166, apenas um pouco mais de 2%, 27 são homens. Levando em consideração este baixo número de

¹⁰ Informações solicitadas e recebidas por e-mail em maio de 2021. CGP - Coordenadoria de Gestão de Pessoas. sme.cgp@campinas.sp.gov.br.

professores e auxiliares¹¹, entrevistamos quatro destes 27 profissionais para compreender como eles percebem suas práticas pedagógicas em uma profissão em que eles ainda representam uma pequena parcela e como seriam afetadas com a aprovação do PL nº 1174/2019-SP. Após o recebimento dos dados pela Secretaria de Educação, foi extremamente difícil contatar os profissionais que atendessem os critérios e que tivessem interesse em participar da pesquisa. Um professor era conhecido da equipe de pesquisa, e passou o contato de outro, que passou de outro, em uma espécie de ‘boca-a-boca.’ Por esta dificuldade, optou-se por realizar a entrevista com um quinto profissional, o Apolo, que desistiu da carreira na Educação Infantil e trouxe elementos para refletir as dificuldades que tangenciam a atuação de homens em creches e pré-escolas.

Abaixo está uma tabela que produzimos com as características que os professores forneceram durante as entrevistas:

Quadro 3- Características dos entrevistados

Nomes ¹²	Idade	Cor	Orientação Sexual
Dionísio	37	Branco	Heterossexual
Éros	44	Branco	Heterossexual
Deméter	46	Preto	Homossexual
Apolo	34	Branco	Homossexual
Hermes	36	Branco	Heterossexual

Fonte: Elaboração própria com os dados obtidos nas entrevistas. Consultar roteiro em Anexo II.

Dos cinco entrevistados, três se identificam como heterossexuais, o que de certa forma coloca em cheque o imaginário de que os homens que atuam com bebês e crianças pequenas sejam homossexuais, ou que tenham suas sexualidades questionadas a todo momento, como se isso comprovasse seus profissionalismos (CARDOSO, 2004).

¹¹ Optamos em realizar a entrevista com um auxiliar de Educação Infantil (que tem formação em nível médio), pois entendemos que ele, junto aos professores e professoras carrega a responsabilidade da formação, cuidado e educação dos bebês e crianças pequenas, e que muitas vezes não tem formação em nível superior pela falta de políticas públicas para oferecer tal formação e que reconheçam a complexidade das atribuições que desempenham. Ver: ALMEIDA, Laise Isabela de. A atuação da auxiliar de classe e a relação educar-cuidar na Educação Infantil. Trabalho de Conclusão de Curso- Pedagogia. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2016. Ver também decisão do STF que dispõe sobre o reconhecimento das agentes: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=409986>>

¹² Por se tratar de um estudo que envolve pesquisa com seres humanos e que foi submetido à apreciação ética, os nomes são fictícios. Optamos por nomes de deuses gregos, pois a questão da relação dos antigos homens gregos com o cuidado e educação das crianças aparecerá durante uma entrevista.

Os outros dois se identificam como homossexuais. O aprofundamento de tal discussão estará no decorrer do texto, mais especificamente quando será introduzida as falas do professor Apolo, que traz elementos para refletirmos as dificuldades que um homem homossexual enfrenta sendo professor de Educação Infantil.

Não é o objetivo, aqui, problematizar a fundo esta temática, mas um único entrevistado se autodeclara negro (preto ou pardo, a partir das definições de cor e raça do IBGE¹³), o que pode trazer a reflexão como é para esse homem adentrar instituições de Educação Infantil em um país tão racista como o Brasil. Como assinala Claudionor Renato da Silva (2017), o professor negro de Educação Infantil implementa práticas diferenciadas, pois além dos desafios inerentes à profissão, ainda carrega consigo diferenciações de gênero e raça, assumindo posturas político-pedagógicas de cunho antisexistista e antiracista. Assim como os demais professores homens, Silva (2017) afirma ainda que prevalece uma visão sexista das professoras mulheres sobre um homem atuando ao lado delas, mostrando um forte preconceito.

Em um primeiro momento, tais questões são comuns aos entrevistados.

Em uma área em que a condição de gênero propicia que as mulheres sejam maioria, nos questionamos: o que faz alguns homens ingressarem e permanecerem na carreira docente na Educação Infantil? Essa foi a primeira pergunta feita para os professores entrevistados, bem como saber onde ocorreram suas formações.

Dionísio é Pedagogo e decidiu entrar no curso de graduação após desistir de duas engenharias. Ele enfatiza a importância dos estágios curriculares na formação docente, e como a realização deles possibilitou que ele se encantasse e vislumbrasse atuar na Educação Infantil. Após admissão em concurso público, já faz dez anos que atua na rede municipal de Campinas.

Éros passou pelo mesmo processo de ter desistido de outros campos de atuação para poder atuar na Educação Infantil. Ele também é pedagogo, mas sua primeira formação é de músico. Conta que já gravou CDs, tocava em bares, mas não deu muito certo. Em outro curso superior que também não finalizou, Éros conta que teve seu primeiro contato com a educação, através de um trabalho de extensão universitária, no qual trabalhou com educação musical, se encontrando nesse segmento. Contudo, ao assumir sua primeira turma como

¹³ Características étnico-raciais elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas.>> Acesso em 14. jun. 2022.

professor, acabou sendo atribuído para lecionar aulas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental,

o que foi muito ruim porque não me encontrava no fundamental, é muito fechadão, os currículos, aquela história de alfabetizar, as crianças sentadas, aquelas escolas tradicionais... Aí eu surtei, precisava sair daquele lugar. Prestei o concurso de novo e tentei o Infantil e gostei, já que é um lugar mais aberto, você pode trabalhar mais a criatividade, e a música entrou muito. Foi uma coisa muito boa porque pude trazer toda a minha experiência musical para a sala de aula, para as crianças. (ÉROS)

É importante ressaltar que Éros tem dimensão de uma Educação Infantil que rompe com uma lógica conteudista, onde as experiências de aprendizagem têm como eixos norteadores as interações e a brincadeira, como indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2010). Em determinado momento da entrevista, ele diz ainda que uma aspiração de trabalho que tinha na infância se concretizou ao se tornar professor de Educação Infantil: “Quando eu era criancinha eu falava que não ia aguentar ficar numa fábrica oito horas, e dependendo da escola tem parque, tem área livre para brincar, então é um lugar muito encantador.” (ÉROS)

Já em tempo de casa, Deméter é o mais antigo, atuando na rede há vinte e quatro anos. Sua primeira formação se deu no Magistério (nível médio), e depois de algum tempo concluiu os estudos em Pedagogia. Tem especializações na área de psicologia da educação. Em suas palavras, se reconhece como “avô de creche”, pois é professor de algumas crianças, cujos pais e mães já foram seus alunos um dia também. Acredita no papel transformador que a Educação Infantil pode acarretar em nossa sociedade, por isso, para ele, ser professor é uma opção, mais especificamente professor de bebês, por isso ele faz a escolha de permanecer.

Como Deméter, Hermes enxerga o campo da educação como um espaço potente de discussões políticas que podem acarretar em mudanças sociais. Hermes é o único entrevistado que atua como auxiliar de Educação Infantil, cargo de nível médio da prefeitura de Campinas. Segundo ele, o ingresso no cargo se deu por motivações econômicas, “caindo de paraquedas” em um momento de “necessidade empregatícia”. Após treze anos atuando em creches e pré-escolas, decidiu cursar Pedagogia, pois além das aspirações políticas que acredita poderem ser experienciadas na Educação Infantil, reconhece a formação específica de atuar com bebês e crianças pequenas que o cargo exige.

Ao ser questionado sobre as dificuldades de ser um agente, e não um professor, Hermes responde que

É um grande desafio. A prefeitura tem uma figura retrógrada do homem. É uma estrutura que não nos dá uma oportunidade de atuação efetiva, uma Educação Infantil como potencial mudança. São 10h na escola. [O cargo] é encarado como transitório, independente de gênero. Quem chega mira ser professor. A Educação Infantil carece de uma regularização piramidal: caso todos fossemos professores haveria uma carência de pessoal, pois já há um déficit do quadro de profissionais. Não estamos inseridos na categoria da educação, e sim no setor administrativo, o que é um grande absurdo. (HERMES)

Por fim, temos Apolo. Apolo diz que sua trajetória na Educação Infantil se iniciou quando ainda estava na graduação, onde realizou projetos de extensão relacionados à infância, na área das relações étnico-raciais. Desde então teve interesse em trabalhar com essa faixa etária. Quando se graduou, Apolo prestou concurso para atuar em uma creche universitária, o qual foi aprovado em segundo lugar. Antes disso, estava atuando como professor de uma universidade privada. No entanto, ele não assumiu a vaga:

Só que o mais interessante desse processo de ser professor de creche, dessa instituição federal é que fui concursado, fiz meu contrato, passei por todos os exames médicos e não assumi minha vaga. Por que eu não assumi minha vaga? É porque no primeiro dia do meu trabalho houve uma reunião com todos os pais de todas as crianças e a gente conversou, eu me apresentei. Estava no momento final da graduação, momento da qual eu também estava no processo de libertação da minha sexualidade (risos) e eu posso dizer que eu tava bem viado mesmo.

Enfim, no outro dia depois da reunião minha vaga sumiu do banco da universidade e eu não pude continuar trabalhando. E até hoje não teve uma explicação do porquê a minha vaga sumiu do cadastro da universidade sendo que eu tinha passado no concurso público, tinha feito os exames médicos, tinha assumido e entregado todos os meus documentos, e após uma reunião de pais minha vaga simplesmente sumiu. (APOLO)

Ao ser questionado de porque não ter recorrido, de ter pleiteado seus direitos, ele me responde que “eu não entrei com uma ação judicial porque eu entrei em depressão, e eu não tinha estrutura física, nem emocional, nem financeira para entrar com essa ação.” Esse relato triste e marcado pela angústia de não prosseguir, que mostra como muitas vezes o trabalho na Educação Infantil afeta a saúde mental de alguns profissionais é possível de ser analisado com as assertivas de Paulo Freire em *Professora sim; tia, não* (1993) mais especificamente no capítulo *Não deixe que seu medo do difícil paralise você* em que:

Há sempre uma relação entre medo e dificuldade, medo e difícil. Mas, nesta relação, obviamente, se acha também a figura do sujeito que tem medo do difícil ou da dificuldade. O sujeito que teme não poder contornar as dificuldades para finalmente entender o texto ou criar a inteligência do texto ou produzi-la. Nesta relação entre sujeito que teme a situação ou o objeto do medo há ainda outro elemento componente que é o sentimento de insegurança do sujeito temeroso. Insegurança para enfrentar o obstáculo. **Falta de força física, falta de equilíbrio emocional**, falta de competência científica, real ou imaginária, do sujeito. (FREIRE, 1993, p. 74) (grifo meu)

Mais adiante no capítulo *Identidade cultural e educação*, Freire (1993) diz que esse medo de enfrentar a tempestade, a solidão e de não se conseguir contornar as dificuldades é fruto de uma estrutura social que nos circunda, apesar de muitas pessoas -neste caso professoras e professores- sentirem medo sozinhas, com seus próprios sentimentos:

As interdições à nossa liberdade são muito mais produtos das estruturas sociais, políticas econômicas, culturais, históricas, ideológicas do que das estruturas hereditárias. Não podemos ter dúvidas em torno do poder da herança cultural, **de como nos conforma e nos obstaculiza de ser.** (FREIRE, 1993, p. 96) (grifo meu)

Apolo é o único professor entrevistado que afirma não ter permanecido na Educação Infantil. Na próxima seção, os motivos que o fizeram desistir serão melhor detalhados.

Quanto aos demais entrevistados, pode-se perceber que optaram em ingressar na Educação Infantil como uma das últimas possibilidades de carreira, onde as anteriores não deram certo ou era o cargo que estava disponível no momento. As aspirações subjetivas também aparecem como um motivo para escolher trabalhar com bebês e crianças pequenas, e dada as especificidades que este trabalho requer e o reconhecimento das mesmas, os entrevistados resolvem permanecer por acreditar que a primeira etapa da educação básica pode ser um instrumento de mudança social. Mas os entrevistados encontram desafios? Quais são eles? É possível estabelecer diálogo entre eles?

3.1- Mas cadê a professora?! Os desafios no exercício da docência masculina

Mesmo que o objetivo do estudo não tenha sido investigar exclusivamente as dificuldades de homens homossexuais no exercício da docência na Educação Infantil, Apolo foi o professor que mais trouxe suas dificuldades para a entrevista, e o quanto elas impossibilitaram que ele realizasse seu trabalho. Apolo afirma como as dissidências do corpo e das atitudes impactam o trabalho docente, personificando o perigo do homem abusador no interior da creche:

Costumo dizer sempre que existem homens e homens na Educação Infantil. Se você é um homem padrão cis-heterossexual e branco é uma coisa você ser professor de Educação Infantil. Mas agora se você é um homem, gay, negro, gordo é outra coisa, é outro perfil dentro da Educação Infantil. [...] E também existia uma pressão muito forte dos pais das crianças com relação ao eu tocar nas crianças. Enfim, porque se você olha meu biotipo [auto descrição de características físicas], **que é o imaginário de um pedófilo**, e ainda assim a imagem da homossexualidade dentro desse estereótipo. (APOLO) (grifo meu)

Bello, Zanette e Felipe (2020) analisam a construção deste imaginário do pedófilo, que tem raízes históricas:

Uma das possibilidades para tentar compreender este fato - homens como senhores da violência - é pensarmos em um tipo de masculinidade específica, em que a identidade do homem é concebida a partir da imagem do guerreiro, do desbravador, que, em tempos passados, precisava caçar, demarcar seu território, utilizando-se principalmente de sua aptidão física para dar conta de suas necessidades. Esta masculinidade específica nos conduz à formação de um “homem” que é portador de uma sexualidade incontrolável, sujeito que escapa à cultura, que se constitui a partir de seus sentidos mais básicos (p. 563)

Pensando que a falta de afeto e a solidão perpassam as vivências dos homossexuais (COSTA, 2014), Apolo enfatiza o quanto as relações afetuosas na creche - essenciais para tecer relações harmoniosas com os bebês e as crianças - são mal vistas, devido a sua sexualidade:

E eu acho que o mais assusta dentro da creche, ter um homem gay na creche, é saber que existe relação afetiva na gente, que a gente não é monstro, e que as pessoas podem gostar da gente. E o medo deles é que as crianças gostem de nós: gays. A sociedade só vê a gente no momento em que nos bate, nos amassa, nos crucifica, quando estamos na sarjeta. Mas no momento em que as crianças demonstram afeto por a gente, isso demonstra um perigo, porque a gente é aquilo tudo que eles não querem, que a heterossexualidade, a cisgeneridade não quer. (Apolo)

Infelizmente, Apolo abandonou sua carreira na Educação Infantil, mostrando que ela é marcada por desafios que extrapolam os muros da creche e como outras etapas da educação básica ainda não conseguem absorver a ideia de um homem sendo professor:

Só que chegou um momento dentro dessa minha carreira com a infância que por questão de saúde mental, de uma preocupação dessa vigilância constante sobre meu corpo e sobre minhas ações, eu decido ir para o fundamental 2. Atualmente eu trabalho como professor de Geografia e como professor de 3ºano no fundamental 1, em que as crianças são maiores e se tem uma ideia de que por as crianças serem maiores elas estão protegidas de mim por ser homem. Mas isso também não é verdade, porque nesse decorrer do meu processo no 3º ano, um pai por exemplo, já inventou que eu batia no filho dele. E a minha sorte foi que eu tinha uma cuidadora de duas crianças autistas e essa cuidadora depois informou que eu não batia nele. Então, existe essa imagem masculina sobre o que é ser homem, que é uma imagem violenta que ronda muito a sociedade. (APOLO)

No escopo desta realidade, Apolo permite pensar como a pesquisa e a pós-graduação são lugares de refúgio e que nos permitem produzir estudos sobre a infância: "Aí dentro desse processo depois fui fazer mestrado, fiz doutorado sobre infância e relações raciais, fiz pós-doutorado... enfim." Mas mesmo assim, traz para reflexão que nestes espaços acadêmicos prevalecem alguns preconceitos de cunho sexista:

E aí você começa a perceber também... Aí vou trazer uma outra relação pra gente problematizar. Acho que foge um pouco do âmbito do seu TCC, mas existe também um preconceito no próprio campo da infância com relação aos pesquisadores homens, porque as mulheres, muitas vezes, pelo próprio machismo criam uma disputa e acham que determinados postos e determinados lugares dessa discussão só podem ser ocupados por determinadas mulheres.

Eu já tive experiências, por exemplo, com formação de rede, que as professoras se negaram a ter formação comigo porque eu estava debatendo gênero e infância, e elas falaram que não era legítimo dar essa formação, porque só pesquisadores mulheres podiam. (Apolo)

Apolo chama atenção para as questões de representatividade no universo acadêmico também:

Ai eu te pergunto também quem são os pesquisadores da área de infância que performam uma sexualidade pra além da heterossexualidade, que é reconhecido? Me dê nomes de pessoas gays, assumidas, com relacionamentos públicos, da área de pesquisa de infância. Isso não tem também. [...] E é aquilo que eu te digo: as próprias mulheres também são homofóbicas. Não é porque elas são mulheres que elas não são homofóbicas. Quem a gente cita e por que a gente cita?

Quando perguntado se pensa, em algum momento, retornar a ser professor de Educação Infantil, responde que:

Hoje eu pensaria muito em voltar pra Educação Infantil. Porque é muito difícil sempre ter alguém na sua sala, sempre ter que se policiar muito. Por mais que eu pesquise Educação Infantil, não sei se eu quero. É horrível isso. **Não é pelas crianças e pelo trabalho, mas é pelo processo que a gente sofre dentro da creche, dentro das relações.** Sabe aquela música “eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente pela favela em que eu nasci”? E mais ou menos isso, eu só quero ser feliz e andar tranquilo pela escola que eu dou aula, sem ter ninguém me enchendo saco.

Eu vejo que eu tive um ganho qualitativo de vida, emocional, psicológico gigante depois que eu saí da Educação Infantil no sentido de que essas perseguições, esses olhares, essas conversas não atravessam mais minha prática docente. Não falo isso no sentido de que ali é um espaço ruim de trabalho e que simplesmente não quero, **mas é um espaço que prepondera uma lógica machista e homofóbica, lugar onde eu não sou bem vindo.** (APOLO) (grifos meus)

Vinicius Oliveira e Daniela Finco (2020), já dão respostas do que analisaram no próprio título do estudo “Enfrentei muitas tempestades como professor de Educação Infantil: um debate sobre identidade docente e homossexualidade masculina”, para reforçar que embora os homens tenham formação necessária que os torne profissionais, sempre necessitam de um tempo maior para demonstrar suas competências e habilidades para cuidar e educar das crianças, uma vez que ainda são vistas como funções eminentemente femininas.

Vasconcellos e Pocahy (2013) analisam como esses discursos e as convenções heteronormativas se relacionam com a legislação educacional, a partir de estudos de gênero feministas e dos estudos *queer*¹⁴. O objetivo é compreender como tais legislações regulam o trabalho de professores e professoras, que devem seguir uma série de exigências sobre modos de ser e agir, e em especial na Educação Infantil seguirem bons valores e trabalharem de forma afetuosa: “Prolifera a pedagogia sentimental como exigência docente. Mas à medida que se produz a lista de exigências, também se produziu o ser que atenderia naturalmente a elas: as mulheres.” (p. 137), onde a exigência de formação não basta, há a necessidade de uma condição de gênero. Ao abordarem os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), os autores afirmam que estes documentos versam sobre a sexualidade vinculada às relações de gênero:

Dentre as questões relacionadas à sexualidade, as relações de gênero ocupam um lugar central. Há um vínculo básico entre o gênero de uma pessoa e suas características biológicas, que a definem como do sexo

¹⁴ Baseados em Louro (2004), os autores utilizam o termo *queer* para se referirem aos estudos que dizem respeito às críticas feministas à construção social de gênero, bem como os estudos LGBTQIA + sobre práticas sexuais e identidades de gênero.

feminino ou masculino. Perceber-se e ser percebido como homem ou mulher, pertencendo ao grupo dos homens ou das mulheres, dos meninos ou das meninas, se dá nas interações estabelecidas, principalmente nos primeiros anos de vida e durante a adolescência. (BRASIL, 1998b, p.19 *apud* VASCONCELLOS; POCAHY, 2013, p. 19).

Na mesma linha de raciocínio, há o estudo de Patrícia Dias Prado e Viviane Soares Anselmo (2019) que afirmam que

[...] as marcas de desigualdade/discriminação de gênero que permeiam a socialização dos homens e mulheres e suas profissões afetam não somente elas que, ao ocuparem esta profissão tida como feminina, são muitas vezes enquadradas em expectativas de atuação ligadas somente à maternagem, ao cuidado e ao afeto, com um amor que bastaria ao que necessitam as crianças, mas também eles que, muitas vezes, encontram limitações sobre o lugar que podem ocupar nestas relações de cuidado e afeto (p.15).

Na categoria da docência masculina, Apolo é questionado como se enxerga envolvimento nisso tudo e a relação que estabelece com os outros professores homens:

Esses homens heterossexuais que tão na creche não nos ajudam em nada, porque na hora do pepino, eles pulam fora, você entendeu? Eles não querem saber. Porque afinal de contas, ser gay e estar dentro de uma instituição educativa de criança pequena é motivo de perigo. Mas o perigo generalizado pra creche que merece ter um olhar de vigilância. Eles ultrapassam o âmbito do privado, o âmbito de tudo relacionado a isso. Por exemplo, é saber podar determinadas coisas. Tinham perguntas que faziam pra mim que eu tenho certeza que jamais fariam pra outro homem, do âmbito pessoal. Perguntas do tipo: você namora, você tem uma relação estável, como que funciona isso? A gente pergunta isso pra homem heterossexual? Então por que a gente precisa perguntar isso pro professor gay de Educação Infantil? Ainda se tem a ideia da coisa da AIDS, exagerando um pouco, mas a gente sempre tem que pensar em relação a isso.

Mas será mesmo que outros professores se esquivam de debates e práticas em creches e pré-escolas só por serem homens? Irei discorrer sobre isso nas próximas seções justamente na relação com os outros atores da comunidade escolar: as famílias das crianças e as colegas de trabalho.

3.1.1- A relação com as famílias

Todos os entrevistados admitem que o principal imbróglio em atuar em creches e pré-escolas é a relação com as famílias das crianças, embora a integração entre ambas as partes seja fundamental para a efetivação da educação das infâncias (MONÇÃO, 2015).

Salientam que existe um processo recorrente de conquista, de comprovarem aptidão para serem professores dos seus filhos e filhas.

Seguindo a ordem cronológica em que se sucederam as entrevistas, essa seção se inicia com as considerações de Dionísio. Dionísio crê que teve sorte em ingressar em um CEI após a passagem de outro professor homem, porque segundo ele, este professor enfrentou muita resistência da comunidade escolar, visto que foi o primeiro professor homem da unidade e do bairro, sendo alvo de um abaixo assinado para que o removessem da unidade em questão. Assim, quando Dionísio chegou à unidade “não tinha crise na comunidade”, e ao passo em que as famílias foram conhecendo seu trabalho “foram abaixando a guarda” e admitindo-o como professor das crianças. Embora expresse um sentimento de sorte por não ter sido o pioneiro na unidade em que atua, Dionísio afirma que enfrenta alguns questionamentos que normalmente não são feitos a profissionais mulheres, tendo em vista que se “[...] coloca ênfase na sexualidade masculina enquanto a sexualidade feminina nunca é levada em consideração” (JENSEN, 1993, s.p, *apud* VASCONCELLOS; POCAHY, 2013, p. 142). Trago um episódio que Dionísio me deu como exemplo:

- Vem uma avó, uma mãe entregar a criança para mim pela primeira vez e pergunta:
- É só você na sala?
 - Sim, só sou eu na sala.
 - E se ela quiser ir ao banheiro?
 - Se ela não for sozinha por conta própria eu vou ajudá-la, vou limpar, vou deixar a turma com alguém e vou assistir a criança. Se ela não precisar, melhor, né.
- Às vezes dão uma revirada de olho mas nunca passou de nada disso. Fora isso, esse tipo de pergunta não enfrentei objeção de parte de nenhum responsável. Costumo ser muito franco com os pais desde a primeira reunião com os familiares do ano, falo como é meu trabalho com as crianças (DIONÍSIO).

Hermes afirma que em seu primeiro ano de atuação “era bem precário, um AG2 com 42 crianças matriculadas. Havia uma ordem de 6 famílias de que eu não trocasse 6 meninas.” Nessa relação de proibição por parte das famílias, Hermes alega que mesmo não sendo homossexual sofreu homofobia por ser um homem que carrega expectativas não só de seu trabalho, mas também de suas características por atuar em um ambiente repleto de mulheres. Prevalencia a figura do potencial agressor: caso fosse homossexual abusaria das crianças-meninos, e sendo heterossexual, abusaria das crianças-meninas. “Ser homem é a maior limitação. Vivenciei olhares a partir dos dois prismas.” Segundo ele, há uma incidência muito grande de mães solteiras nos CEIs em que atuou, “transparecendo carência de uma figura masculina/paterna. As crianças se apegam mais.”

Quando eu entrei era mais grave, mas por uma conjuntura política do Brasil, isso regrediu. Violências e rejeição à figura do homem. Rejeição mesmo. Desde que esse conservadorismo saiu do armário, os desafios aumentaram sim. É um grande desafio desenvolver o trabalho, estabelecer vínculo com as crianças, principalmente com as meninas. (HERMES)

Éros alega que sempre há desafios em se assumir uma nova turma de crianças pequenas, acompanhados de olhares preconceituosos, principalmente de pais-homens a suas filhas-meninas, já que a preocupação em relação às crianças-meninos seja menor, “bem suave.” Ele classifica como terríveis os preconceitos que já sofreu, que em muitas vezes partiam das mães:

Tinha mãe que fazia a cabeça das meninas. Várias meninas já saíram da minha sala, três, quatro nesses doze anos. Três, quatro não, mas umas duas, certeza. Elas foram transferidas por causa de mim. A família não aceitava. Causa um grande problema porque a criança chora, a criança cria uma aversão que é criada pela família. A criança quer criar um vínculo, quer ser educada, mas rola aquela parede do pai e da mãe, criando uma aversão ao professor. E puramente a figura masculina. Dá um pouquinho mais de trabalho ser homem sim, de conquistar essas famílias, as famílias novas que chegam na escola (ÉROS).

Éros, como músico, acredita que a educação musical ajuda a diminuir um pouco a tensão que o preconceito pode gerar, porque de certa forma traz uma sensibilidade para a sala:

As famílias acham isso interessante. As famílias devem pensar assim: puxa, ele é homem, mas ele toca violão. Isso é um diferencial. Acredito que os outros professores que não tenham na música esse lugar de reflexão, de ter ela na didática, eles têm mais dificuldade. É claro que eles devem ter suas potencialidades que podem diminuir o preconceito, mas às vezes não fica tão claro. A mãe tá vendo que ele tá tocando. Até a mãe perceber qual é a sensibilidade do professor que não seja a música, por exemplo, leva mais tempo (ÉROS).

Um elemento importante que Éros trouxe foi o fato de ser homem e usar barba, e o quanto este atributo contribui para criar uma visão deturpada sobre a masculinidade:

Todo início de ano letivo eu começo sem barba, eu tiro a barba, deixo só um bigodinho. Já tenho isso para mim. Causo um pouco menos de impacto para as crianças e para os adultos. A barba vai crescendo durante os meses e aí eu deixo e as crianças já acostumaram e os pais já tiveram que engolir mesmo, né. É mais uma coisa minha, mas tem a ver com a construção do preconceito, a questão de *estética* (ÉROS).

Hermes também trouxe alguns atributos tidos como masculinos e como refletem na prática pedagógica, mas enxergando suas características como positivas, instrumentos de diversidade:

Tenho cabelo comprido. Quando eu entrei nessa escola que estou hoje eu já tinha. Ouvia ‘isso é cabelo de mulher’, ‘você é viado, bicha’. Houve toda uma construção com a comunidade. Por já estar há 6 anos não vejo mais esse preconceito. Homem com cabelo comprido já foi normalizado. Há uma forma diferente de trabalhar. Tem a questão da voz, afinidade pessoal com o futebol, um esporte muito popular. O tom de voz me permite outras coisas. Acredito que é um complemento, uma importância de diversificar as vivências com os homens (HERMES).

David Normando (2012) situa o entendimento do conceito de estética, que é uma palavra que deriva do grego *aisthesis*, que significa percepção, sensação. É uma vertente da Filosofia que versa sobre a beleza, influenciando na identidade dos indivíduos e a percepção que esses indivíduos têm sobre si mesmos. Nesse sentido, a barba reforça uma ideia de masculinidade aos professores de Educação Infantil, pois é um atributo considerado inato aos homens.

Na contramão do que dizem os outros professores, Deméter afirma que a relação com as famílias é muito boa, por mais que seja alvo de estranhamentos no início dos anos letivos. Ele reitera o dito por Éros em relação a preocupação latente com as crianças-meninas:

Com os pais todo ano tem um susto inicial quando eles ficam sabendo que é um homem que vai tá atuando com os filhos deles, especialmente as filhas, mas por conta de eu já estar nessa unidade a 22 anos e em um bairro isolado [...], então acabei ficando bastante conhecido no bairro. Então hoje já existe certa expectativa até das famílias de [...] não é propaganda, mas eles gostam do meu trabalho e ficam felizes. Ficam felizes por conta dos comentários que escutam nos bares, nas padarias, na igreja e ficam numa expectativa de saber como que eu vou trabalhar com os filhos deles. Mas tem sempre aquela interrogação: como vai ser, como que é um homem estar com os bebês, né? (DEMÉTER).

Apolo não se atém muito a falar da relação com as famílias, mas afirma que:

Os pais tinham muito medo também. Nesse sentido, toda troca, toda troca de roupa, todo processo de abraço, todo processo físico era podado. No começo podado pelos próprios pais em relação a esse processo. E no decorrer dos anos podado por mim. Aí você fala, mas por quê? Por causa que eu comecei a desenvolver um próprio processo de autoproteção. Porque as crianças chegavam muito perto de mim, queriam conversar, fazer tudo, mas eu tinha medo do que poderia acontecer comigo caso surgisse algum boato de alguma coisa. (grifo meu) (APOLO)

Ao se privar de participar das atividades de higiene, Apolo corrobora o que foi concluído por Clemerson Trindade Ramos (2020, p. 201) em:

pelo não reconhecimento do seu trabalho, os homens na Educação Infantil “coisificam também suas subjetividades.” Recolhem-se no silêncio e se sujeitam ao modus operandi da discriminação, preconceito e exclusão. Uma subjetividade marcada pelo interdito, pela regulação, pela instrumentalização.

Retorno à Dionísio, que assim como Apolo, também demonstrou certo temor em relação às famílias em demonstrar afeto com uma criança:

Me privo mais de abraçar e beijar as crianças por temor. Teve uma criança que saiu no meio do ano de forma inesperada. No dia em que ela foi embora fiquei até com a pressão baixa. Queria memorizar o rosto dela, ter beijado ela pela última vez, mas não beijei, não fiz isso na frente da mãe dela. Me arrependo muito (DIONÍSIO).

Ao podar, conter suas condutas, Dionísio furta-se de demonstrar afeto e, como assinalam Bello, Zanette e Felipe (2020, p. 561) é uma maneira encontrada de se proteger:

Refiro-me aos homens que trabalham na educação infantil (0-6 anos) que, para evitarem maiores problemas, procuram não ficar sozinhos com elas – especialmente numa situação de troca de fraldas – ou mesmo colocá-las sentadas em seus colos. As próprias manifestações de afeto e interesse de homens por crianças pequenas podem ser vistas nos dias de hoje, com certa desconfiança. Chamo atenção para um outro aspecto que me parece importante considerar: a ideia corrente de que só homens são abusadores em potencial, por possuírem uma sexualidade tida no senso comum como incontrolável, quase animalesca.

A relação entre os profissionais e as famílias das crianças se mostra realmente difícil, onde muitos sempre estão preocupados e com receio de algum mal entendido que possa acontecer, e até mesmo assumindo uma postura de precaução ao se eximir de certas responsabilidades para evitarem algum tipo de conflito. Como é tecida a relação desses profissionais com os demais adultos da comunidade educacional, as colegas de trabalho?

3.1.2- A relação com as colegas de trabalho

Para a maioria dos professores homens na Educação Infantil, a relação com as colegas de trabalho também se constitui de maneira complicada.

Dionísio diz que, em via de regra, a relação com as colegas é muito boa, mas que já viveu uma situação de conflito com uma professora em específico, que foi classificada como misândrica¹⁵:

Não é questão de mimimi. Assim como existe misoginia, existe misândria e algumas professoras são misândricas. Qualquer proposta minha já era vista com maus olhos por essa colega. Temos a festa da família, que é uma saída encontrada para não celebrarmos nem dia das mães nem dos pais, para podermos celebrar todas as formas de família para não deixar uma criança, que é orfã sem data para celebrar. Enfim, temos essa festa em setembro. Todas as turmas preparam uma coreografia e tem que ter relação com algum tema trabalhado com as crianças durante o ano todo. Em 2018 o tema da festa era 20 anos do CEI. Cabia qualquer assunto. Eu estava trabalhando gestação com as crianças e eu apresentei a música do Arnaldo Antunes, Debaixo d'água, que é uma música maravilhosa na voz da Bethânia. Aí quando eu disse qual era meu tema essa professora que é **misândrica** disse que não achava uma boa ideia porque na minha turma tinha uma criança que ela sabia que era de família acolhedora e que a família ia se sentir desprestigiada [...] eu fiquei tão chocado que não consegui responder, nem consegui dormir naquela noite. Tive que pedir para voltar a pauta do TDC seguinte o assunto para dizer que havia me sentido atacado, que a professora não conhecia a música, não conhecia a coreografia. Falei que a música não tratava da gestação como um resultado do amor materno ou paterno, nada disso. Não tinha o porque a família se sentir desprestigiada, dando um chega pra lá nela. [...] Conheço todo mundo, as monitoras e me dou bem com todas elas, nunca tive problemas. **Fora essa professora misândrica.** (grifos meus) (DIONÍSIO)

Dionísio demonstra certa preocupação em sempre comunicar a equipe gestora sobre situações que julga que pode ser mal interpretado, assumindo uma posição de vigilância, até mesmo em relação às famílias:

Tem coisas que as crianças falam na creche que se os pais ficarem sabendo talvez eu nem tenha a chance de responder, podendo levar um soco na cara (risos). Por exemplo: uma vez em 2018 ou 2019 eu tinha uma criança minha que embora fosse já fosse crescida ainda fazia xixi na roupa por ficar segurando. A cada 40, 50 minutos eu a lembrava de ir ao banheiro e ela era muito brincalhona. Saía dando risada, eu corria atrás dela, brincava no caminho para levá-la ao banheiro. Ai numa das vezes uma colega minha, outra professora passou na frente, como quem não quer nada para saber porque eu tava dentro do banheiro, sabe. E eu nunca entro no banheiro de porta fechada junto com a criança, sempre mantenho a porta aberta para ninguém levantar suspeitas. A criança estava fazendo xixi e eu estendi o papel higiênico para ela e a criança falou assim (risos): “O pinto do meu pai é maior do que o

¹⁵ A pessoa vítima de sexismo, geralmente, é colocada em posição inferior, apenas em razão de sua identidade sexual. A discriminação contra mulheres é intitulada de “machismo” ou “misoginia”, enquanto o preconceito contra homens é chamado de “misandria”. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/161530/2019_viegas_claudia_discriminacao_genero.pdf?sequence=1&isAllowed=y

do senhor”. Ai eu pensei na hora e se ela disser isso em casa? Porque ela nunca me viu e nunca vai me ver pelado. Ela pode dizer isso em casa e se disser eu vou ter que me explicar, né. **Na mesma hora já fui comunicar a direção do CEI sobre o ocorrido, porque se algum pai ou mãe trazer esse tipo de informação foi isso que aconteceu, entendeu.** Sempre comunico a direção quando me percebo numa situação que possa gerar ambiguidade. (grifos meus) (DIONÍSIO)

Éros atenta que a relação com as demais professoras é atravessada pelas concepções de educação:

Quando eu comecei, até a diretora queria me tirar. Às vezes você encontra uma diretora tradicional. Quando você cai numa escola nova, todo mundo, todo mundo não, mas dependendo da pegada política da escola, que um grupo de professores é mais conservador, mais direitista. Se as professoras são mais tradicionais, elas vão olhar torto para você. Aí você tem que conquistar: ele é legal, trabalha bem com as crianças, vai desconstruindo. Mas é batata: se você for trabalhar com Educação Infantil e mudar de escola você vai sofrer preconceito das profissionais também (ÉROS).

Deméter pontua que não enfrenta estranhamentos por parte dos outros professores e professoras, mas que “as monitoras [auxiliares de Educação Infantil] ainda têm essa ressalva da figura masculina.” Questionado se sempre foi assim, se já passou por alguma situação que não soube lidar por ser homem, ele responde que:

Não saber lidar não. Eu sempre fui muito tranquilo pra essa questão. Eu sabia o que me esperava, podemos dizer assim. Quando eu ingressei na Educação Infantil, aí sim. Então teve desde quando eu cheguei na unidade um trabalho de persuasão por parte dos gestores pra eu não ficar com os bebês com uma ideia de que com os maiores seria bem mais interessante a figura masculina. E no coletivo das agentes, das monitoras, quando eu ingressei teve uma **aposta** entre elas, que depois elas me contaram, hoje são minhas amigas. “Esse rapaz ele não vai pegar um bebê no colo”, “Ele nunca vai trocar um bebê” e “Eu acho que ele está aqui só para ganhar dinheiro” porque tinha essa ideia, essa imagem ainda dentro da rede municipal de pra que professor na Educação Infantil, não tinha esse olhar. E não só na Educação Infantil, mas tinha esse olhar para os bebês. Então teve uma certa **aposta** aí. Mas que bom que depois foi contornada com muita disciplina. Falo disciplina, assim, fazendo intervenções no espaço físico, mostrando “olha eu conheço a área”, então pode confiar, não precisa ter medo. Eu acompanhava aqueles olhares no momento de troca, é bem comum. É no momento de troca que as pessoas aparecem do nada no banheiro pra pegar alguma coisa no armário, por exemplo. Porque alguns você percebe uma curiosidade pra ver como é, e outros uma certa desconfiança mesmo. Mas isso eu vou tirando de letra já. (grifos meus) (DEMÉTER)

Hermes diz que foi muito bem acolhido pela categoria dos educadores, mas que por questões administrativas aparecem alguns conflitos por ser um agente de Educação Infantil:

De um ponto de vista prático, [a prática] pouco se diferencia dos professores. Mas existe uma casta social, tem a questão financeira e de status, o slogan do professor. Não temos atribuições burocráticas, mas é muito similar. Mas aparecem as dificuldades sociais e hierárquicas. Parte tanto de mulheres quanto de homens. Não posso te dar esse relato, nunca trabalhei com um professor homem, não somos subordinados. De forma geral, trabalhamos em cooperação (HERMES).

A partir dos relatos dos entrevistados, foi possível perceber que questões subjetivas como o gênero e a sexualidade são norteadoras no trabalho que desempenham em instituições de Educação Infantil, seja limitando o próprio trabalho pelo medo do preconceito ou das relações que vão tecer com os atores da comunidade escolar: as famílias dos bebês e crianças ou dos/das colegas de profissão. Como seriam estabelecidas tais relações caso o PL nº1174/2019-SP fosse aprovado? O próximo capítulo traz os relatos dos entrevistados sobre as suas percepções acerca da propositura.

4. O PERIGO SOU EU! O QUE OS PROFESSORES ENTREVISTADOS TÊM A DIZER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1174/2019-SP

Ao insistir em criar uma lei estadual por meio do PL 1174/2019-SP, sobretudo a partir da demanda de algumas famílias que se dizem amedrontadas com a possibilidade de que bebês e crianças sejam vítimas de algum tipo de abuso sexual por parte de profissionais do sexo masculino, elas fortalecem discursos que concebem o homem como um abusador em potencial, fazendo com que se crie um estigma em torno de homens que atuam na Educação Infantil. Conforme Bello, Zanette e Felipe (2020) que investigaram os elementos que tornaram a propositura possível e apresentaram reflexões acerca das formas de pedofilia e “dO”¹⁶ pedófilo, o crescente e expressivo número de casos de violência sexual contra crianças tem feito com que se crie um imaginário de que homens são perigosos, mas que ao mesmo tempo devemos levar em consideração que “os homens não detém o monopólio dos abusos e das violências sexuais direcionadas às crianças” (p. 562).

Éros corrobora tal compreensão ao afirmar que

Não é porque é mulher que vai nascer sabendo trocar menina. Isso é um atraso. A pedofilia, essa violência contra a criança ela pode partir tanto da mulher quanto do homem, só que do homem é escrachado, enquanto das mulheres é velado. Quantas crianças foram violentadas por mulheres? (ÉROS)

Ainda com as contribuições de Bello, Zanette e Felipe (2020) sobre a não exclusividade dos homens nos abusos cometidos contra crianças, “se pensarmos que a figura do homem abusador, incontrolável e perigoso, vem se constituindo ao longo dos tempos podemos notar, que nessa esteira, mulheres vem sendo desconsideradas como possíveis agressoras (p. 562)”

Mais adiante, os autores afirmam que:

É importante explicitar, que o objetivo deste texto não é transformar o conjunto das mulheres em monstros, até porque a intenção não é construir binarismos superficiais (a exemplo do que vem ocorrendo com os homens). O que pretendemos, antes disso, é afirmar que os abusos e as demais formas de violência estão presentes no humano, e, mulheres, como humanas, podem participar destes atos não apenas na condição de vítimas, mas, também, como promotoras de violências/abusos. Assim como as mulheres, os homens podem (e devem) empreender esforços para coibir qualquer tipo de violência, uma vez que aqui falamos em docência masculina na Educação

¹⁶ Os autores grafam o artigo masculino em letra maiúscula para elucidar como a pedofilia é um crime associado instantanea e exclusivamente aos homens por grande parte da sociedade.

Infantil, as que são direcionadas às crianças pequenas. (p. 563)

As deputadas Janaína Paschoal, Letícia Aguiar e Valéria Bolsonaro, no entanto, parecem desconhecer o emaranhado binário por trás das violências/abusos sexuais, tentando evidenciar que não há uma discriminação de gênero e muito menos um cerceamento da prática profissional, tendo em vista que os cuidados íntimos são apenas uma atribuição ínfima dentre tantas outras competidas aos profissionais da educação:

Artigo 2º: As atividades pedagógicas e aquelas que não impliquem cuidado íntimo com as crianças poderão ser desempenhadas por profissionais de ambos os sexos.

Artigo 3º: **Os profissionais do sexo masculino** que na data da publicação desta lei, forem responsáveis pelos cuidados íntimos com as crianças serão reaproveitados em outras atividades compatíveis com o cargo que ocupam, sem sofrer prejuízos em sua remuneração. (grifo meu) (ALESP, 2019)

É importante ressaltar que o projeto de lei cerceia a prática até mesmo de professores homens que possuem formação em nível superior, ampliando a aplicabilidade da lei a qualquer profissional do sexo masculino, diferindo dos pretextos apresentados pelos primeiros protestos que queriam limitar a atuação apenas de profissionais com formação em nível médio. Para mais, ao se analisar a legislação educacional, conclui-se também que o projeto fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ao eximir professores homens das atividades que envolvam cuidado, visto que a lei enfatiza que cuidar e educar são indissociáveis na Educação Infantil. Outrossim, segundo Bujes (2001):

[...] a educação da criança pequena envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. As crianças desta faixa etária, como sabemos, têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem que atividades voltadas simultaneamente para cuidar e educar estivessem presentes. O que se tem verificado, na prática, é que tanto os cuidados como a educação têm sido entendidos de forma muito estreita. (p. 16)

Ampliando-se a discussão sobre o cuidar, que é uma atribuição indissociável ao cargo de professor de Educação Infantil, é válido compreendê-lo não apenas à necessidade de higiene ou cuidados com o corpo. É uma atividade que implica em cuidar do outro em toda sua dimensão humana:

Para pensar o cuidar como função associada ao trabalho de professoras e professores na Educação Infantil é útil distinguir este trabalho de outros. O “trabalho de cuidar” não pode ser regido pela lógica da intervenção, da transformação de uma coisa em outra, de dominação, e sim, pela consideração de que cuidar é, antes, um modo de ser; não de fazer, simplesmente. A relação de cuidado é de convivência, interação, no sentido de que o eu e os outros saem afetados e são transformados na relação de presença (SILVA, 2017, p. 483).

O cuidar se relaciona com a dimensão ética na prática educativa, o ser humano precisa ser visto e valorizado como pessoa e a atuação do professor e da professora precisa proporcionar aos bebês e crianças – que estão na condição de aprendizes – possibilidades de se constituírem como seres humanos. “Esses aspectos, compartilhados de forma inseparável, são elementos basilares para a constituição de políticas e práticas democráticas para a primeira infância.” (MONÇÃO, 2019, p. 170).

Buscando refletir como uma possível aprovação do projeto impactaria a prática de professores homens na Educação Infantil, questionei os professores entrevistados sobre isso. Apolo salienta a preocupação de retornar a atuar com bebês e crianças pequenas, mas como pesquisador reforça as assertivas sobre cuidar e educar enquanto funções indissociáveis no âmbito das instituições de Educação Infantil:

Se eu tivesse hoje em uma creche pública, de uma cidade pequena, eu não questionaria [o projeto]. Mas por que você não questionaria? Porque eu sei o quanto pesado seria questionar isso. Seria um processo muito longo que não acabaria em mim. Se eu tomasse a atitude de continuar realizando as trocas, eu seria processado, e talvez espancado por um pai lá fora por acusações. Mas eu enquanto [pesquisador] da infância sei o quanto isso limita o direito de cátedra do próprio professor que tá ali, que é um homem. **Esse cuidado e enquanto limitação pedagógica desse cuidado e desse fazer pedagógico da Educação Infantil que é um entrelaço, que é uma obrigação também desse professor, vamos colocar assim, também o cuidado. Porque essa etapa da educação básica prioriza esse processo e tem como foco a intersecção desse processo.** Mas é aquilo que eu te falo, a gente também sabe que questão de gênero vale vida. A gente tá morrendo. (grifo meu) (APOLO)

A apreensão de Apolo em relação às famílias terem conhecimento da propositura pode ser evidenciada pelos resultados de uma enquête realizada na internet pelo R7¹⁷, portal de notícias mantido pelo Grupo Record, que mostrou que os homens não são bem aceitos no cuidado e educação de bebês e crianças pequenas no contexto da Educação Infantil. Segundo a enquête, o PL 1174/2019-SP foi bem recebido por grande parte da população, onde 85% dos participantes se mostraram favoráveis à proibição de profissionais homens de dar banho,

¹⁷ 85% apoiam projeto que impede homens de darem banho em escolas. R7. São Paulo, 29 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/85-apoiam-projeto-que-impede-homens-de-darem-banho-em-escolas-29102019>>. Acesso em 17. jun. 2021.

trocar fraldas e auxiliar crianças a irem ao banheiro em creches e pré-escolas de São Paulo: “Em pouco mais de quatro horas, mais de 21 mil votos foram dados na enquete. Desse total, aproximadamente 18 mil foram favoráveis, e 3,2 mil contrários.”

Éros atenta também para a profissionalidade do cuidado, que é um aspecto essencial na vida humana e na educação, e como foi sendo moldado para deixar de ser uma atribuição masculina também:

Cercearia completamente a prática. Não tem nem como pensar num projeto desse. Como te falei, não é a questão de gênero que vai orientar a pedagogia nessa questão, é a formação. Independente se é homem ou mulher. Claro que o cuidar e o educar são indissociáveis, não tem essa. A pedagogia é para homens e mulheres. A educação é para homens e mulheres. Trocar bebê é uma ação indissociável da Pedagogia e não tem como dizer agora é só a mulher que vai, porque você tá criando um buraco na educação.

Ela [Janaína Paschoal] não tem noção [de Pedagogia] nem de humanidade, é um olhar para o humano e para a humanidade de forma deturpada, porque se você olhar para a Grécia Antiga¹⁸ os homens tinham um papel fundamental na educação sexual das crianças. Então os homens já foram os cuidadores. No mundo animal os machos cuidam. É um absurdo humano. Na minha opinião, o preconceito é uma coisa que começa e vai criando uma bola de neve, então alguém começa isso, cria esse monstro.

Estávamos em um avanço das mulheres ganhando o mercado, sendo propagado pela mídia e os homens eram retratados cuidando da casa, dos filhos. Você viu que já não se vê mais isso? Já se inverteu. O homem logo saiu dessa condição de cuidador e a mídia não apresenta mais isso, o que para mim tem influência política também. (grifo meu) (ÉROS)

Aguiar Júnior (2017) defende que o sistema educacional ainda não está preparado para receber profissionais homens em creches e pré-escolas e lhes oferecer suporte, visto que não existem ações específicas de acolhimento e orientação desses profissionais, não há discussão entre a comunidade escolar e tão pouco publicações municipais que através de documentos oficiais ignoram esse fato, a docência masculina. Logo, pode-se concluir que a criação do projeto de lei 1174/2019-SP reafirma as constatações do autor, pois a falta de condições de ingresso de professores homens na Educação Infantil por parte do Estado oportunizou a criação do PL, que foi redigido com um conteúdo controverso e conservador.

O movimento de pauta conservadora que vem ganhando espaço e legitimidade no Brasil após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, propiciou uma série de desmontes e retrocessos nas políticas públicas de combate às discriminações de gênero, sobretudo no Plano Nacional de Educação (PNE) que teve o texto alterado e aponta de forma

¹⁸ Mesmo sem um conceito de infância pré-estabelecido e respeitado como temos nos dias atuais. Ver: COSTA, Juliana Cristina. A Pandeia: a arte de educar para a vida toda diante dos desafios de uma Pedagogia da Infância. Filosofia e Educação, Campinas, SP. v. 10, n.1, p. 121-135, jan/abr. 2018. ISSN 1984 9605. Como arrolado, foi através desta fala que optei em nominar de forma fictícia os entrevistados com nomes dos deuses gregos.

genérica a superação das desigualdades de gênero no âmbito da educação formal: “Esse debate se estendeu a alguns estados e municípios brasileiros que, após forte pressão também de grupos religiosos, excluíram o termo gênero de seus respectivos planos, negligenciando a importância dessa temática na constituição das identidades de meninas e meninos” (SILVA; SILVA; FINCO, 2020, p.20).

Em suas falas, os professores parecem reconhecer que a propositura se deve de fato a conjuntura política que está em curso no país, como diz Dionísio, que afirma que mesmo que o projeto se tornasse lei não mudaria sua prática pedagógica, pois driblar algumas normativas oficiais da área de educação já é uma realidade:

Eu nunca li o projeto da Janaína, vi as reportagens na época e me parece se enquadrar bastante no modo de proceder dos bolsonaristas, que é de gerar factóides um atrás do outro, deixar nenhum sem solução, desviando a atenção do eleitorado do que eles estão fazendo, da boiada que estão passando [¹⁹].

Não sei como está a relação da Janaína com o Bolsonaro, mas muitos deles estão abandonando o barco e vão ter que disputar eleitorado. Então esse projeto é um ‘caça-voto’, para amarrar o eleitorado e garantir a reeleição dela. Infelizmente muitos políticos criam problemas [a questão da ideologia de gênero], não conhecem uma escola sequer, nunca foram. Inventam esse fantasma da ideologia de gênero e se apresentam como os ‘resolvedores’ da solução para ganhar os votos e manter a boquinha deles. Para mim a Janaína quer manter a boquinha dela. Ela já não é professora mais, deve estar desmoralizada no meio jurídico, imagino. Então a saída para ela é ser uma carreirista parlamentar. É um projeto esdrúxulo como tantos outros. O governo tentou abolir nos textos oficiais o termo gênero, sabe? É muito miserável.

Nunca me pareceu que o projeto iria vingar, pois facilmente os advogados dos partidos de esquerda iriam entrar com ações de inconstitucionalidade e iriam vencer. Então nunca me pareceu que ia me impedir de trabalhar da forma que já venho trabalhando. E vamos supor que vingasse. Eu não iria parar de trabalhar questões de gênero com as crianças. E quem achasse ruim que fosse discutir com a prefeitura porque nas Diretrizes Curriculares Nacionais, municipais, estaduais, tá tudo lá. Minha prática não seria afetada, seguiria trabalhando com os mesmos princípios (DIONÍSIO).

Na mesma perspectiva, Deméter acredita que a conjuntura política é responsável pela elaboração do projeto, e que só mudaria sua prática com algum tipo de fiscalização. É interessante frisar que ele usou a propositura para realizar um trabalho formativo com a comunidade escolar, assumindo a posição de um ‘agente formador’:

Vindo de quem veio já não me assustou. Eu aproveitei o projeto inclusive pra trabalhar na reunião de famílias e educadores: “Olha, existe uma

¹⁹Faz alusão a reunião presidencial vazada com os ministros. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/veja-os-principais-pontos-da-reuniao-ministerial-que-teve-gra-vacao-divulgada-pelo-stf.ghtml>> Acesso em 26 jun. 2022.

proposta, de um determinado grupo de deputados”, nomear mesmo, né. E queria ouvir vocês familiares. Todo momento que alguém aparece com propostas, com algumas dessas aberrações, tô chamando de aberrações, eu procuro fazer esse debate nessas reuniões. Eu acho que a sociedade carece, ela merece fazer essa discussão. E quando a gente faz esse debate com eles é muito tranquilo. Não é um debate assim, eu tenho que convencer disso, mas de um debate reflexivo mesmo. Isso desde 2019, todo ano a gente faz essa discussão que está em pauta ainda, a gente vem apresentando, olha o que que vocês pensam, como se fosse uma roda de conversa mesmo sobre esse assunto a partir do olhar que eles tiveram enquanto expectativas da unidade de EI, expectativas do meu trabalho com os filhos deles, então tudo isso de uma forma muito tranquila a gente desconstruir essa visão ordinária desse povo, porque eu não sou de ficar batendo, mas no sentido da importância desse momento formativo, a comunidade escolar merece esse momento formativo para entender e não se iludir na hora que isso aparece nas propagandas, no dia-a-dia.

Eu acho que o projeto não interferiria em nada na minha prática. Do ponto de vista prático, nenhum, porque eu não mudaria minha prática por conta da aprovação de um projeto, assim como várias outras legislações que estão em vigência e que fazemos vista grossa. Nós que somos servidores públicos somos craques nisso, quando aparece algumas questões haja vista desse governo. Muitas aberrações que aparecem na educação nós temos que ignorar. A não ser que venha alguém ficar me fiscalizando. Caso contrário, a gente dá conta de driblar todas essas mudanças de legislação.

A família não vai do nada fazer um levantamento na Câmara de Vereadores. Ela é orientada. Então, assim como a gente tem hoje em Campinas um grupo de mães que querem o fim do uso de máscaras nas escolas, elas não se organizam sozinhas, infelizmente. Eu tenho uma profunda admiração pelos grupos que se auto organizam, seja ele de direita, esquerda, mas que faça sua defesa de ideias. Agora quando a gente vai conversar com essas pessoas eles não tem argumentos. Eles estão sendo manipulados. Então eu acredito que esse grupo de pais também são manipulados a irem a esses locais. Por isso eu gosto muito da ideia de não estar professor apenas com os bebês, mas eu ser um agente formativo da comunidade escolar que eu atuo, acredito muito nisso. (grifos meus) (DEMÉTER)

Trabalhando como professor formador, Deméter afirma que limitar a prática pedagógica de professores homens já acontece no município de Hortolândia/SP, próximo à região de Campinas, mesmo sem uma lei específica para tal.

E junto a isso, uma discussão que eu venho fazendo com algumas pessoas de Hortolândia, que é vizinha nossa, não sei se você sabe, proíbe. Nós homens não podemos trocar em Hortolândia. Quando eles vão trabalhar com bebês ou crianças pequenas, as mulheres que estiverem na sala assumem a troca. Isso é dito em reunião de família e educadores. Então a gente vem tentando, como bairro que trabalho é vizinho de Hortolândia, a gente também provocar uma discussão no entorno, fazer alguma formação em Hortolândia e sempre dar essas cutucadas com vereadores, a gente vem tentando desconstruir isso (DEMÉTER).

Não foi encontrada nenhuma limitação nesse sentido à prática dos homens na Lei Orgânica Municipal ou no quadro de atribuições do último concurso público, datado de 2022

e organizado pela SHDias Consultoria e Assessoria, para os cargos de agente, que exigem formação em nível médio e que atuavam diretamente com as crianças. Data apenas de 2017 uma reportagem de um jornal local²⁰ de que um profissional foi acusado injustamente de abuso por parte de uma mãe e quase chegou a ser agredido. De acordo com a reportagem, o homem que atuava como agente de Educação Infantil era inocente.

Ao ser questionado sobre a propositura, Hermes disse que

Não me causou espanto. Seria terrível. Seria um retrocesso pautar a atuação pelo gênero. Encarei como um desdobramento desse pseudo-conservadorismo hipócrita de aumentar seus tentáculos. Nós como servidores públicos temos que fazer enfrentamento a essas políticas como figuras proeminentes, ativas, importantes e que realizam um trabalho pedagógico muito eficiente em uma instituição pública que é a escola (HERMES).

Hermes ainda diz que caso a propositura fosse aprovada sobrecarregaria algumas colegas, ao passo em que há um déficit do quadro de profissionais e que já é obrigado a exercer certas funções, por “força da necessidade.” “Se colocarmos agentes de um lado e professores de outro, as tarefas de cuidado serão desempenhadas apenas por alguns. Falta gente. Quem iria fazer isso? A conta não fecha.” Vale lembrar um episódio, arrolado neste texto, em que Hermes narra que mesmo sem um instrumento legal de proibição, 6 famílias já solicitaram a uma unidade de Educação Infantil que ele não participasse dos momentos de troca de 6 crianças meninas, “acatamos, mas em um grupo de 42 crianças, eu não poder trocar 6 sobrecarregou demais as colegas.”

Ao lembrar este episódio, é necessário pontuar o sucateamento posto à Educação Infantil nesta unidade em que Hermes trabalhava. Por mais que seja de responsabilidade e mantida pela Prefeitura de Campinas, a relação atendimento/demanda para bebês e crianças pequenas em espaços formais ainda é um desafio a ser encarado pelos poderes públicos, como assinala Rosenberg (1999, p. 31):

A expansão a baixo investimento e a persistência de modelos institucionais diversificados - creches públicas e creches conveniadas, pré-escolas públicas e conveniadas, classes de alfabetização -, geralmente abrem possibilidades ao oferecimento simultâneo de serviços com qualidade extremamente desigual. É essa desigualdade no custeio/qualidade que penaliza crianças pobres e negras de diferentes formas, desigualdade que tenho denominado “morte educacional anunciada.” (HERMES)

20

Disponível

em:

<<https://portalthortolandia.com.br/noticias/tv-hortolandia/funcionario-acusado-de-abuso-que-quase-foi-linchado-por-populacao-e-inocente-32610/>> Acesso em 26 jun. 2022.

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Homens, Masculinidades e Educação (HOME)²¹ reitera que proposições como o PL 1174/2019-SP e o PL nº 620/2019-CE impedem que professores homens desenvolvam atividades nas quais são habilitados por formação, e a relevância social de uma proposição deve estar respaldada em debates acadêmicos e científicos:

A relevância das reflexões, objeto desse parecer, mostram-se fulcrais para o debate público, uma vez que compreendemos que o Projeto de Lei nº 620/2019 fere o direito de diferentes atores sociais: bebês, crianças bem pequenas, crianças pequenas, mulheres e homens que, após se formarem em cursos de licenciatura que os habilita para o exercício da função docente na referida etapa de educação. Assim, se a proposição do referido Projeto de Lei visa ao bem comum, conforme prescrito em seu escopo, é importante que seus proponentes se orientem também pelos pressupostos norteadores da produção científica. (GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE HOMENS, MASCULINIDADE E EDUCAÇÃO, 2021)

O HOME também declara que alguns países já estão à frente do Brasil em relação à promoção da equidade de gênero, estimulando a inserção dos homens em ofícios considerados femininos:

A União Europeia, por exemplo, tem estimulado a produção de políticas de incentivo de ingresso de homens na docência das instituições de cuidados e educação. Inúmeras são as ações da União Europeia que visam inserir a figura masculina nas profissões para a pequena infância, enquanto política de equidade de gênero, pois os países que compõem o bloco consideram que [...] é necessário encorajar os homens a substituir as mulheres em todas as profissões do setor de cuidados. Essa é, aliás, uma das razões pelas quais a Europa se interessa muito pela questão de gênero. Na verdade, receia-se que dentro de dez a quinze anos não haja pessoas suficientes para ocupar as profissões deste setor, o da pequena infância, mas também o das pessoas idosas (PEETERS, 2020, p. 358) (GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE HOMENS, MASCULINIDADE E EDUCAÇÃO, 2021)

Do mesmo modo em que as proposições em questão coíbem a atuação de professores homens, elas não viabilizam debates em torno do papel masculino na sociedade, marcado por opiniões e atitudes de opressão sobre minorias, sobretudo às mulheres.

Compreendendo a importância da docência masculina para a construção de uma masculinidade que não seja nociva, e considerando que o PL 1174/2019-SP pode intensificar as desigualdades de gênero na Educação Infantil, a deputada estadual Monica Seixas (mais conhecida como Monica da Bancada Ativista- PSOL/SP) apresentou à ALESP um projeto substitutivo que objetiva alterar o estabelecido pelo PL 1174/2019-SP. Diferente do projeto

²¹ Grupo de estudantes, acadêmicos e pesquisadores que discutem masculinidade, sobretudo na área de educação. Mantém encontros para debates, sem institucionalização.

original, o projeto confere os cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil a profissionais qualificados e habilitados, sem distinção de sexo, enfatizando a inconstitucionalidade do projeto original e que a Educação Infantil é a etapa da educação de responsabilidade das esferas municipais de poder.

A deputada Mônica Seixas ainda reforça a importância de debates acerca do papel masculino na sociedade:

De todo modo, o tema da violência sexual contra as crianças deve encontrar aqui OPORTUNIDADE para finalmente ser discutido com seriedade e consequência, e uma vez que somente afastar as crianças dos homens sequer resolverá a questão, devemos nos perguntar como podemos projetar caminhos REAIS e EFETIVOS para enfrentarmos em definitivo esse problema de saúde pública e violação de direitos humanos que é a violência contra crianças? (ALESP, 2019)

O Fórum Paulista de Educação Infantil publicou, em 2019, um manifesto intitulado “Manifesto Indignado- Profissionais Homens na Educação Infantil”, de igual teor às assertivas de Seixas, explicitando a importância de profissionais homens trabalhando em instituições de Educação Infantil e enfatizando que o projeto de lei original reforça as desigualdades de gênero:

A presença de professores, auxiliares e monitores nos espaços da educação infantil permite pensar em uma educação para a pequena infância na qual homens, mulheres, os bebês e as crianças pequenas aprendam no coletivo que as diferenças entre os sexos estão presentes e que ao serem afirmadas não se transformem em desigualdades, pelo contrário, que se criem formas de eliminação de hierarquias de gênero. (FPEI, 2019)

Com base nas considerações apresentadas, é possível afirmar que o PL 1174/2019 é um entrave para a promoção de direitos que respeitem a diversidade de gênero. A docência masculina na Educação Infantil seria uma aposta para minimizar tal obstáculo? A questão tentará ser respondida na próxima seção.

5. A DOCÊNCIA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ALTERNATIVA ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO

A Educação Infantil é momento de inserção das crianças pequenas no sistema educacional e oferece experiências individuais e coletivas que darão condições para a constituição de sujeitos autônomos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirmam, dentre outras coisas, a necessidade de “construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a democracia e com o rompimento de diferentes formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.” (BRASIL, 2010). Isto significa que temas relacionados a gênero e sexualidade devem estar presentes nas atividades da faixa etária.

Nos processos de socialização, meninos e meninas têm imposições de como agir, sentir, pensar e de brincar, sendo naturalizadas de forma sexista e binária, definindo quais comportamentos e habilidades são masculinos ou femininos, evidenciando relações de gênero desiguais que se iniciam desde a infância. Silva e Luz (2010) analisam as concepções de educação que as professoras de Educação Infantil têm dos meninos. No percurso da pesquisa, as autoras concluem que as educadoras possuem uma visão de masculinidade que priva os meninos de experiências e brincadeiras tidas como adequadas apenas para as meninas, não lhes proporcionando um maior contato corporal e afetivo consigo e com os outros sujeitos que convivem na Educação Infantil.

Com as constatações das autoras, pode-se apreender que os estereótipos de gênero são presentes na educação das crianças pequenas fazendo com que desde cedo os meninos demonstrem força, resistência e pouco sentimento, se distanciando de brincadeiras de cuidado com filhos (brincar de bonecas) e ao trabalho doméstico (cozinha, arrumação dos ambientes), e ao crescerem se tornam adultos que se mantêm distantes de tais atividades.

Concebendo a Educação Infantil como uma das primeiras formas de socialização das crianças pequenas, é necessário que elas estejam rodeadas de discursos e práticas que levem em consideração a diversidade entre os sujeitos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz a dimensão das diferenças para a construção da identidade nas crianças:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e,

simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BRASIL, 2018)

Em uma busca pelos debates de gênero e sexualidade em outros documentos oficiais, pouco foi encontrado. Voltando-se para os Planos Nacionais de Educação, o primeiro (2001-2010, Lei nº 10.172/2001) não traz os temas no centro da implementação de políticas públicas que garantam um ambiente educacional preocupado em desconstruir preconceitos, estigmas e estereótipos. No que se refere à Educação Infantil, a igualdade de gênero é entendida apenas como sinônimo de igualdade de matrículas entre os sexos. No segundo plano (PNE 2014-2024, Lei nº13.005/2015) é prevista a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.” Apesar dos avanços encontrados na forma do segundo plano, a última e mais recente versão (2014-2024) retirou todos os termos sobre gênero e sexualidade.

Em um contexto de inúmeros documentos oficiais que são marcados pela precariedade, escassez e desprezo pelas questões de gênero no âmbito educacional, o nº 40 da Revista Criança, publicação da Secretaria de Educação Básica do MEC (BRASIL, 2005), figura como um dos únicos textos que apontam para uma reflexão mais profunda das temáticas. Na publicação, está uma reportagem que tem como título “Meninas de azul, meninos de rosa”, assinada por Rita Biagio. A autora analisa os diferentes significados e implicações que o gênero acarreta nas instituições educacionais, iniciando a reflexão com o senso comum de que algumas atividades só podem ser realizadas por meninas, enquanto outras somente por meninos, o que reforçam estereótipos de masculinidade e feminilidade.

Com estereótipos tão enraizados no senso comum da sociedade e com documentos negligentes à temática, uma maneira que pode proporcionar uma reflexão acerca das diferenças e minimizar as desigualdades que elas acarretam é ter a presença de homens ocupando os espaços de docência, uma vez que já notamos que eles ainda representam a minoria. Mesmo que não encontrem respaldo institucional (AGUIAR JR, 2017) ou que sofram com o estigma de estarem ocupando uma profissão predominantemente feminina, o

debate sobre binarismos e funções sociais é tecido nas relações apenas por executarem seu trabalho, ‘sendo quem são’.

Figura 4- João, lê uma história pra gente?



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Assim como é escassa a presença de professores homens na Educação Infantil e de documentos oficiais sobre tal realidade, ainda são escassas as pesquisas que versam sobre a importância de tê-los trabalhando em creches e pré-escolas. Vale ressaltar os estudos de Silva (2014), Faria (2011), Tebet; Martins; Rittmeister (2013), Venturini; Thomasi (2013).

Peterson Silva (2014) defende que a docência masculina na Educação Infantil possibilita reflexões em torno de uma educação mais igualitária, visto que se pode “[...] construir Pedagogias da Infância não sexistas, não racistas, não adultocêntricas, onde meninos pequenos e as meninas pequenas são autoras/es e protagonistas da construção de saberes, a cultura infantil” (p. 37). Considerando as constatações de Silva (2014), ter homens

atuando como professores de Educação Infantil é de suma importância não só para a construção de uma educação mais igualitária, mas também para que a sociedade possa debater e construir uma equidade de gênero. Faria (2011) corrobora tal compreensão:

A discussão das questões de gênero na educação infantil se traduz na possibilidade de uma educação mais igualitária, que respeite a criança na construção de sua identidade e que favoreça, desde as primeiras relações a constituição de pessoas sem práticas sexistas. Demandam a incorporação de práticas educativas que introduzam conscientemente, como estratégia de socialização, a meta de igualdade de gênero. Porque o sexismo afeta o crescimento de meninos e meninas, inibindo muitas manifestações na infância e impedindo que se tornem seres completos. (p. 63)

Venturini e Thomasi (2013, p. 14) afirmam que:

[...]a presença de homens e mulheres na Educação Infantil se faz necessária para que possam conviver com pessoas de ambos os gêneros, ampliando e integrando modelos tanto masculinos como femininos, criando a possibilidade da criança se adaptar na sociedade moderna, ou seja, convivendo com todas as diferenças, com toda a diversidade.

Na mesma perspectiva, dados da pesquisa realizada por Tebet, Martins e Rittmeister (2013) mostram que os homens entendem a importância de ocuparem cargos de docência em creches e pré-escolas, suscitando assim debates sobre o profissionalismo que envolve o fazer docente, norteados pelas relações de afeto com os meninos pequenos e as meninas pequenas, e por conseguinte um reconhecimento e valorização dos profissionais da educação das infâncias. Hermes corrobora tal compreensão ao afirmar que “O homem pode estar com as crianças, esperançosamente educando pessoas mais receptivas, aceitando mais as diversidades. O homem também é capaz de executar esse trabalho, de forma diferente, mas é capaz.”

Dalva de Oliveira Costa (2016) afirma que o Estado brasileiro, tensionado por alguns movimentos sociais, têm inserido as demandas relacionadas às temáticas sexualidade, relações de gênero e diversidade sexual em documentos oficiais, mas que as temáticas ainda são carregadas de discursos biologicistas, com um currículo heteronormativo que ainda favorece a ordem patriarcal, misógina, sexista e homofóbica. Nesse sentido, as questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual devem ser devidamente consideradas no fazer pedagógico e absorvidos pelas culturas escolares.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo figurando uma parcela muito pequena do quadro de profissionais que atuam com bebês e crianças pequenas, a presença de homens atuando em instituições de Educação Infantil ocasiona e evidencia relações desiguais de gênero, trazendo para o interior de creches e pré-escolas uma problemática que ainda encontra obstáculos para ser superada.

Os professores homens encontram desafios de ordem psicológica e física, tendo que desconstruir cotidianamente o imaginário consolidado no senso comum de que todos os homens são violentos e abusivos, desprezando outras manifestações de masculinidade. Mudam comportamentos e atitudes para comprovar que são profissionais habilitados e comprometidos com a infância. Acabam se desgastando com esse *modus operandi*.

Em alguns casos, o desgaste de comprovar não ser um perigo, de não ser *um lobo mal à solta* (VASCONCELLOS; POCAHY, 2013), faz com que profissionais abandonem o trabalho na Educação Infantil, assim como aconteceu com o professor entrevistado Apolo. Eu me senti extremamente representado em algumas falas dele, justamente por compartilharmos da mesma orientação sexual e por termos passado por algumas situações na creche que acreditamos que os outros homens, que se identificam como heterossexuais, não vivenciaram nem vão vivenciar.

Quanto aos relatos de Hermes, faz-se necessário explicitar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 62, determina que os profissionais que atuam com bebês e crianças pequenas assumem uma responsabilidade pedagógica, e que para um atendimento de qualidade em creches e pré-escolas seja efetivado, os profissionais devem ter formação mínima em nível superior. Ressalto Rosemberg (1999, p. 32), que mesmo não citando os homens que atuam na Educação Infantil, elucida a importância da formação docente para “superar o intrincado jogo de subordinações de classe, raça, gênero e idade, que vem prejudicando crianças através da educação infantil.”

Com as constatações deste estudo, foi possível perceber que as regulamentações previstas no PL 1174/2019-SP confrontam consensos acadêmico-científicos da área de educação que atentam para a importância da docência masculina e uma educação que deve minimizar as desigualdades entre homens e mulheres desde a infância. Materializam o risco à docência masculina não só ao limitar a prática segundo gênero ou por ferir a LDB, estratificando cuidar e educar, atividades indissociáveis mas que também coloca em risco a

superação das desigualdades de gênero entre homens e mulheres e das desigualdades de poder entre adultos e crianças.

Além disso, é fruto de um contexto histórico e político que se isenta de promover políticas públicas que tenham o gênero como pauta e que vai desmontando todo um processo que estava em curso no país para a efetivação de tais políticas, tentando através da lei e da judicialização interromper discussões importantes para nossa sociedade. Sem o devido debate, caso o projeto fosse aprovado, cercearia a prática de todos os profissionais do sexo masculino que atuam nas instituições de Educação Infantil, independente da formação que possuem, além de alimentar discursos que não levam em consideração as inúmeras formas de manifestação de masculinidade, e que concebem o homem como um perigo, um abusador em constante potencial.

Até o momento de finalização deste trabalho, as últimas tramitações acerca do Projeto de Lei nº 1174/2019-SP que constam no site da ALESP datam de Abril de 2022, quando a deputada Leci Brandão (PC do B) recebeu o projeto como relatora da Comissão de Educação e Cultura, com voto favorável ao projeto na forma do Substitutivo nº1 (autoria da deputada Mônica Seixas, PSOL) e de Junho de 2022, com vista conjunta dos deputados Douglas Garcia (REPUBLICANOS) e Valéria Bolsonaro (PSL).

Não pretendemos concluir essa discussão que ainda necessita ser muito debatida. Acreditamos que se quisermos efetivamente mitigar os efeitos nocivos das desigualdades entre homens e mulheres, a inserção do debate deve se iniciar na infância, onde meninos e meninas aprendam a conviver com as diferenças, perpassando por toda a trajetória escolar até adentrar os muros da universidade, que também carece de debates de gênero, sobretudo nos cursos de formação de professores da Unicamp.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JUNIOR, Josoe Durval. **Professores de bebês: elementos para compreensão da docência masculina na educação infantil**. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANTUNES, João David Soares. **O homem feminino: o gênero feminino aplicado ao vestuário para homem**. Mestrado (Programa de Mestrado em Design de Moda) - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Projeto de lei nº 1174/2019, de 16 de outubro de 2019. **Confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil**. São Paulo, 2019.

_____. Projeto de lei nº 1174/2019, de 24 de outubro de 2019 (projeto de lei substitutivo). **Confere aos profissionais qualificados e habilitados os cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e traz outras providências**. São Paulo, 2019.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BELLO, Alexandre; ZANNETE, Jaime E.; FELIPE, Jane. O homem-professor e a produção da profissionalidade. Zero-a-seis. Florianópolis. v. 22, n. 42, p.558-579, jul/dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica 2017**/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep, 2017.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. (2005). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'. Brasília: MEC, 2005. (n. 40)

BUJES, Maria Isabel Edelweis. **Escola Infantil: pra que te quero**. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Orgs). Porto Alegre: Artmed, 2001.

CARDOSO, F. A. **Homens fora de lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças**. Dissertação de Mestrado em Educação, Belo Horizonte: UFMG,

2004.

COSTA, Dalva de Oliveira. Educação para a sexualidade, igualdade das relações de gênero e diversidade sexual: possibilidades e limites. Saberes Docentes em Ação. ISSN 2557 4227, v.1, n.2. Maceió, 2016.

COSTA, Jhonatan Leal da. **Isolamento predestinado: a descoberta da solidão gay**. Editora Realize. Campina Grande, 2014. ISSN: 2177 4781.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Apresentação. In: VÁRIOS AUTORES/ GEPEDISC CULTURAS INFANTIS (orgs). **Culturas Infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa**. Campinas-SP: Autores Associadas, 2011, p. 12-17.

FREIRE, Paulo. Professora sim; tia, não: cartas para quem ousa ensinar. Editora Paz e Terra, 31a ed. 192 p. Rio de Janeiro/RJ, 2021.

GALCINO, Aline. **Polêmica de banho dado por homens em creches vira projeto na Alesp**. Hojemais Araçatuba. Araçatuba, 16 out. 2019. Disponível em: <<https://www.hojemais.com.br/aracatuba/noticia/politica/polemica-de-banho-dado-por-homens-em-creches-vira-projeto-na-alesp>> Acesso em: 14 abr. 2021.

HIRATA, Helena. **O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão**. In: SUR Revista Internacional de Direitos Humanos. v. 13, n.24. p. 53-64/2016.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da Educação Infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Editora Autêntica. 3ª rev. amp. Belo Horizonte/MG, 2018. (argos)

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. **As influências do trabalho docente feminino na cultura escolar do extremo Oeste Paulista (1932-1960)**. 2016. 400f. Tese de Doutorado Pós-Graduação em Educação, UNESP, Presidente Prudente, 2016.

MONÇÃO, M^a. Aparecida Guedes. **O compartilhamento da educação das crianças pequenas nas Instituições de Educação Infantil**. IN: Cadernos de Pesquisa, v.45 n.157 p. 652-679. jul/set 2015.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NORMANDO, David. **Esthetics and human perception**. Dental Press Journal of Orthodontics [online]. 2012, v. 17, n. 5 [Acessado 14 Junho 2022] , pp. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-94512012000500001>>. Epub 27 Nov 2012. ISSN 2177-6709. <https://doi.org/10.1590/S2176-94512012000500001>.

OLIVEIRA, Vinicius; FINCO, Daniela. **Enfrentei muitas tempestades como professor de Educação Infantil: um debate sobre identidade docente e homossexualidade masculina**. ZERO-A-SEIS (FLORIANÓPOLIS), v. 22, p. 580-604, 2020.

OSTETTO, Esmeralda Luciana. **O Planejamento na Educação Infantil, mais que atividade, a criança em foco**. Campinas, Papirus. 2000.

PISTICELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148

PRADO, Patrícia Dias; ANSELMO, Viviane Soares. **Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: reflexões sobre gênero e docência na Educação Infantil**. Pro-Posições. Campinas, SP. V. 30. e20170137. 2019.

RABELO, Amanda Oliveira. **“Eu gosto de ser professor e gosto de crianças” – A escolha profissional dos homens pela docência na escola primária**. Revista Lusófona de Educação, n. 15, 2010, p. 163-173.

RAMOS, Clemerson Elder Trindade. **Quem tem medo do lobo mau?: inquietações e medos sobre o trabalho do homem na educação infantil**. 2020. 379 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da educação infantil e processos de exclusão**. Cadernos de Pesquisa, nº107, p. 7-40, jul. 1999.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; RAMON, Fabiola; SILVA, Ana Paula Soares. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. Cadernos de Pesquisa [online]. 2002, n. 115 [Acessado 14 Julho 2022] , pp. 65-100. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100003>>. Epub 24 Mar 2003. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100003>

SAPAROLLI, E. C. L. **Educador infantil: uma ocupação de gênero feminino**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Psicologia social – Universidade de São Paulo, 1997.

SARMENTO, Teresa. **Correr o risco: ser homem numa profissão ‘naturalmente’ feminina**. In: Vº Congresso Português de Sociologia: sociedades contemporâneas: reflexividade e ação. Anais..., Braga, Portugal, 2002, p. 99-107.

SAYÃO. Deborah Thomé. **Relações de gênero na creche: os homens no cuidado e educação das crianças**. In: 25ª. Reunião Anual da Anped, 2002, Caxambu. Anais. Minas Gerais: Anped, 2002a.

SCHERER, Renata Porcher. **A desfeminização do magistério: uma análise da literatura pedagógica brasileira da segunda metade do século XX**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2019.

SILVA, Elenice de Brito Teixeira. **Do sentido filosófico à significação pedagógica do cuidado**. In: Revista Contemporânea de Educação, v. 12, n.25. Set/Dez de 2017.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. Cadernos Pagu, Campinas, n. 34, p. 17-39, jun. 2010. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010483332010000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2022.

SILVA, Peterson Rigato da. **Não sou tio, nem pai, sou professor! A docência masculina na Educação Infantil**. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Estadual de Campinas, 2014.

_____. Manifesto Indignado- **Profissionais homens na Educação Infantil**. Fórum Paulista de Educação Infantil. São Paulo, 2019.

_____; SILVA, Tássio José da; FINCO, Daniela. **Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte**. Cadernos Pagu (58), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2020.

SILVA, C. R. da. Professor homem, negro na escola da infância: reflexões e apontamentos de um iniciante. Temas em Educação e Saúde , Araraquara, v. 7, 2017. DOI: 10.26673/tes.v7i0.9557. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/9557>. Acesso em: 14 jun. 2022.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos ; MARTINS, Rosa M.Castlho ; RITMEISTTER Eunice Martins. Espaços e contextos de aprendizagens docentes: Reflexões sobre a formação de profissionais para a educação de crianças de 0 à 3 anos. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.11n. 01 abr.2

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! IN: **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Daniela Finco, Marcia Aparecida Gobbi, Ana Lúcia Goulart de Faria (orgs.) Campinas, SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil - ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, 2015. 188 p.

VASCONCELLOS, Francisco Ulisses Paixão e. **“Não é a mamãe?”: a presença de homens educadores como elemento na problematização da agonística social da feminização da Educação Infantil**. Textura, n.28, maio/ago. 2013.

VENTURINI, Angela Maria; THOMASI, Katia Barroso. A feminização na educação infantil: uma questão de gênero. Revista Científica Digital FAETEC:EDU.TEC,8ª edição, Ano V, Volume 1, Nº 1, 2013.

YAMADA, Gabriela. **Homens em creches causam revolta dos pais no interior de SP**. Folha de S.Paulo. Ribeirão Preto, 15 de março de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/03/1602955-homens-em-creches-causamrevolta-dos-pais-no-interior-de-sp.shtml>>. Acesso em 14 abr. 2020

ANEXOS

• ANEXO I- TRANSCRIÇÃO DO DEBATE ENTRE IVAN FERREIRA E JANAÍNA PASCHOAL

Ivan começa agradecendo o convite do Grupo Bandeirantes pelo “espaço que vocês estão cedendo, nós, que não temos esse tipo de espaço em mídia de alcance nacional e até internacional. Com imenso prazer estou representando o Fórum Paulista de Educação Infantil nesse debate que provavelmente vai ficar registrado para momentos póstumos. O momento é delicado.”

[Entrevistador] Deputada, eu sou pai, tenho crianças pequenas, e particularmente me sinto mais confortável com mulheres cuidando desses momentos íntimos na escola. Por que o Estado tem que se meter nessa questão que cabe às escolas e aos pais?

[Janaína Paschoal] Então, porque infelizmente, quando nós estamos tratando de escolas particulares, os pais tem força, né, pra manifestar esse conforto ou desconforto, e na medida em que os pais pagam as mensalidades, em regra, as escolas particulares levam esse sentimento em consideração. Nas creches públicas, isso não ocorre.

Ivan interrompe dizendo que “isso não é verdade!”

[Janaína Paschoal] Muitas mães que dependem das creches públicas, fizeram contato conosco trazendo esse desconforto e elas levaram esse desconforto a diretoria e até a prefeitos, e o sentimento delas foi ignorado. Algumas mães de camadas vulneráveis chegaram a largar seus empregos. Houve um relato de um professor, de um assistente na verdade, que se negou a realizar esse tipo de atividade, se disponibilizando a realizar outras atividades e foi ameaçado com PA pela diretora. PA é um processo administrativo. Então, quantas famílias não são ouvidas, quando os próprios profissionais não são ouvidos a Assembleia Legislativa tem que atuar.

[Ivan] Como já disse, Luiz, deputada, isso não é uma verdade. Todas as pessoas, todos os profissionais, e principalmente as profissionais que trabalham na Educação Infantil pública desse estado, eu posso garantir com certeza que na cidade de São Paulo, que é onde eu sou concursado tem a possibilidade de se fazer um debate democrático e amplo no conselho de escola. E isso é garantido por lei em todas as unidades. A cidadã, o cidadão que está me ouvindo e depende da escola pública para ter sua rotina consolidada no mundo do trabalho sabe que na escola do seu filho, na escola da sua filha, no caso nos CEIS, que são os Centros de Educação Infantil, nas EMEIS, que são as Escolas Municipais de Educação Infantil ou mesmo nas EMEFS, que são as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, existe o conselho de escola. Eu sou um professor concursado, eu participo do conselho da minha escola. Isso é registrado, isso tem toda uma burocracia legal. A Janaína é professora de Direito antes de ser deputada, ela sabe muito bem que existem processos burocráticos dentro do estado e não tem como burlar sem ter muitas pessoas envolvidas nesse processo. Nós assinamos atas, são todas registradas, então não estamos sozinhos. A escola como a gente gosta de dizer, quem vive no chão da escola, não é um mundo à parte. Ela faz parte desse mundo. Então assim, os pais participam dos

conselhos. Eu aqui aproveito o espaço que o Grupo Bandeirantes está cedendo para fazer um convite às famílias participarem dos conselhos de escola. Isso fortalece a escola. [...]

Eu garanto para vocês: a maioria das escolas públicas são muito melhores do que as escolas particulares. Existem escolas particulares cobrando mil, mil e quinhentos, dois mil reais em esquinas, seja de bairro classe média, seja inclusive nas periferias das grandes cidades como a grande São Paulo. E nós sabemos que o Estado gasta muito mais do que mil reais por criança. Então as escolas públicas têm uma qualidade imensurável.

Quem ataca a escola pública nesse exato momento histórico em que o Estado brasileiro está vivendo de fato não tem um pé no chão da escola como nós gostamos de falar. Não sei se vocês estão conseguindo ouvir, mas eu estou na copa da minha escola. Existe o barulho das crianças aqui ao redor. É disso que estamos querendo dizer. Nós enfrentamos os problemas do dia-a-dia da escola. Como diria uma professora que tive na Faculdade de Educação que tenho como muita referência, que é a professora Lisete Arelaro, ela gosta de dizer “recordar é viver” E eu gostaria de recordar que o maior problema da escola pública não é esse que a deputada está levantando. O maior problema da escola, entre outros, é o mal pagamento dos funcionários, das suas funcionárias. Nós todos sabemos que no mundo capitalista, qualquer pessoa que trabalha, [entrevistador começa a interromper] ela precisa ter um salário... Eu vou concluir dizendo que o projeto da deputada e com coautoria de outras deputadas do mesmo partido dela, e do presidente, ele fere a indissociabilidade do cuidar e educar na Educação Infantil. Ele talvez seja [...] esse projeto é o primeiro projeto de ideologia de gênero do Estado de São Paulo, talvez do país. Porque ele fere concepção de que estou cuidando de uma criança na Educação Infantil, seja do seu filho, seja do filho dela, seja do filho de quem for. Eu sou um funcionário público. Estou educando. Nós sabemos que a maioria dos abusos acontecem nos lares, correto?! E a maioria das denúncias ocorrem inclusive nas escolas a partir de trabalhos feitos por professoras nesse país a fora que se dedicam nesse combate, que não conta só com nós da escola, mas conta com o juizado da vara da infância, conta com o conselho tutelar... Nós temos um país em que muitas pessoas vivem na pobreza. Mas de cinco milhões de pessoas passam fome [entrevistador interrompe de novo, pedindo que Ivan seja mais objetivo]. Estou sendo objetivo. Este projeto é nefasto.

[Entrevistador]: Uma provocação para a senhora, deputada. Esse projeto fere o princípio de que somos todos iguais perante a lei? [Ivan: com certeza!]

[Janaína Paschoal]: Algumas pessoas têm levantado essa objeção, mas se for assim também seria inconstitucional uma lei recentemente aprovada no âmbito federal que garante que nas prisões femininas apenas mulheres prestem serviços. Por que tiraram os guardas, os agentes das prisões femininas? Pra garantir a integridade física, a dignidade sexual, liberdade sexual das mulheres presas. É o mesmo objetivo que eu tenho. A única diferença é que as mulheres presas por serem adultas podem se manifestar. E nós estamos falando de crianças, de um, dois, três anos, entendeu?

[Entrevistador]: Mas a senhora então está partindo da premissa de que a possibilidade [Ivan fala por cima: todo homem é um abusador. Ela parte da premissa de que toda pessoa do sexo masculino é um abusador].

[Janaína Paschoal]: Este é um pensamento da esquerda!

[Ivan]: deixa eu terminar meu raciocínio, por favor. Estamos ao vivo e se todo mundo começar a falar ao mesmo tempo, o ouvinte, a ouvinte não vai

conseguir entender. A senhora parte de uma premissa que eu... Eu vou dar um exemplo. Na escola em que trabalho, eu sou um dos homens, somos grande minoria. Os homens na Educação Infantil não chegam a cinco por cento nas unidades educacionais. Todas as mulheres estão junto conosco no trabalho. Porventura, se não houver uma mulher, Imaginem um homem que vê uma situação que precisa intervir e por conta de uma lei, do Estado, que está ferindo a liberdade individual, não pode mais intervir e vai deixar a criança passar necessidade... Com certeza Luiz, a sua provocação é válida. Assim como o projeto Escola Sem Partido foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, essa lei da deputada, também. Eu creio que a deputada concorda com o que eu esteja falando. Talvez não seja a intenção dela. Mas o projeto de lei que ela está defendendo neste exato momento corrobora ideias totalitárias, onde o Estado controla a vida do indivíduo.

[Janaina Paschoal] Em nenhum momento no projeto nós vedamos que homens trabalhem em escolas infantis. É importante deixar isso claro. O próprio professor disse, e é verdade, que os homens são a esmagadora minoria dos profissionais da Educação Infantil. As leis municipais que preveem os cargos de assistentes, auxiliares, agentes, as denominações são várias... Elas trazem uma lista de pelo menos 30 atividades: pedagógicas, esportivas, lúdicas, de limpeza, de conservação, de segurança... O fato de restringir três ou quatro atividades a profissionais do sexo feminino não impedirá em nada a participação masculina que é importante nessa fase da educação. Essa lei é para proteger as crianças, mas também para proteger os profissionais do sexo masculino. Alguns tentam se opor, tidos como indisciplinados, então é um instrumento jurídico de proteção. Desculpem, é fato: a família brasileira prefere as profissionais mulheres e temos que respeitar. Esse temor é das famílias mais simples, porque as que têm condições trocam de escola. Esse temor das famílias pode gerar mal entendidos e acusações injustas contra esses homens. Essa lei é importantíssima.

[Ivan]: Eu gostaria que todas as pessoas lessem o projeto. É o primeiro projeto de ideologia de gênero do Estado brasileiro. Ele ataca diretamente todas as concepções modernas de Educação Infantil não só do Brasil, mas do mundo. Se esse projeto for pra frente nós iremos retroceder no cenário mundial ainda mais do que o Brasil já vem retrocedendo. A deputada é mulher e sabe dos desafios. [...] Se você tivesse de fato interesse em ajudar a Educação Infantil você como professora da USP já teria tomado conhecimento do professor Ramiro Malaquias, que é professor da creche da USP há mais de vinte anos. Como vocês que se dizem liberais concordam com um projeto que limita as liberdades democráticas?

O debate se encerra de forma conturbada, com falas sobrepostas e com entrevistador dizendo que o tempo já tinha acabado. Vale ressaltar que nas falas da deputada sobressai um discurso de que as tensões de gênero não acontecem nas escolas privadas, o que pode-se inferir que seja resultado de discursos e práticas de *clientela* que acontecem em tais instituições: os pais pagam para terem suas vontades e concepções atendidas, mesmo que pare no cotidiano uma busca por inclusão de professores com corpos dissidentes em escolas de elite²².

22

Ver: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pressao-por-inclusao-faz-escolas-de-elite-buscarem-alunos-e-professores-negros.70003817316>> Acesso em 26 jun. 2022.

Somada a essa busca por inclusão, Ivan diz que a aprovação do projeto faria com que o Brasil retrocedesse na agenda mundial no que diz respeito às pautas de gênero e as concepções progressistas de educação, enfatizando a interferência nos espaços educacionais.

● **ANEXO II- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

1- Qual sua formação? Em que instituição ela aconteceu?

2- Em qual CEI de Campinas você atua? Há quanto tempo?

3- Como é para você atuar em uma área majoritariamente feminina? Encontra desafios? Quais?

4- Como é sua relação com as colegas de trabalho?

5- Como é sua relação com as crianças?

6- E com as famílias?

7- Em outubro de 2019 foi apresentado na ALESP o projeto de lei no1174, de autoria da Deputada Janaína Paschoal, que prevê que os cuidados íntimos e de higiene das crianças sejam competidos apenas a profissionais do sexo feminino. De que forma você acredita que o projeto afetaria sua prática pedagógica, caso fosse aprovado?

8- Agora, fique a vontade para nos contar mais um pouco sobre sua trajetória profissional, bem como sua permanência na educação infantil.

9- Sobre suas características:

a) Tamanho: _____

b) Idade: _____

c) Cor:

() Branco

() Pardo

() Preto

() Amarelo

() Indígena

d) Orientação Sexual:

☐ homossexual

☐ heterossexual

☐ bissexual

☐ outros, _____